

CENTRO DE ESTUDOS

EuroDefense – Portugal



II ENCONTRO EURODEFENSE
DE JOVENS EUROPEUS

*Segurança e Defesa
Europeia
Um Desafio do Presente*

Caderno 4

Lisboa, Dezembro de 2004

Índice

Introdução.....	2
II Encontro EuroDefense de Jovens Europeus	
A Segurança e Defesa Europeia – Um Desafio do Presente	
Programa das Conferências.....	4
Sessão de abertura	
Intervenção do Presidente do EuroDefense-Portugal.....	5
Mensagem do Presidente Honorário das Associações EuroDefense.....	9
Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.....	12
Ciclo de conferências	
Terrorismo transnacional: as novas políticas de segurança da União Europeia Prof. Doutora Maria do Céu Pinto.....	17
Prevenção e resposta às novas formas de terrorismo Capitão-de-Mar-e-Guerra Juan Rodríguez Garat.....	25
A União Europeia – solidariedade na diversidade Portugal Europeu e Atlântico Prof. Doutor Ernâni Lopes.....	38
Um conceito estratégico para a União Europeia TGen Abel Cabral Couto.....	39
Perspectivas das relações transatlânticas no quadro da nova Constituição e do alargamento Prof. Doutor Holger Mey.....	42
Capacidades militares da União Europeia – Organização das forças General LuísValença Pinto.....	43
Documentos dos Trabalhos de Grupo	
Grupo de Trabalho “AVEIRO”.....	52
Grupo de Trabalho “BRAGA”.....	53
Grupo de Trabalho “COIMBRA”.....	57
Grupo de Trabalho “FUNCHAL”.....	60
Grupo de Trabalho “HORTA”.....	63
Sessão de Encerramento	
Documento Final.....	66
Intervenção do Secretário-Geral das Associações EuroDefense.....	69
Intervenção do Secretário de Estado da Defesa Nacional.....	71

Introdução

Finalidade e Natureza dos Cadernos EuroDefense-Portugal

Os Cadernos EuroDefense-Portugal são um meio privilegiado de registo e divulgação das principais iniciativas EuroDefense no âmbito do estudo, investigação e debate.

Pretende-se que estes cadernos constituam reflexões profundas e qualificadas sobre temas importantes que liguem a situação e os interesses de Portugal à Segurança e Defesa da Europa. Pretende-se também que o modo de abordagem dos temas se centre no essencial e contenha uma visão prospectiva dos futuros possíveis e desejáveis de modo a garantir uma prolongada permanência de actualidade e interesse. São objectivos difíceis de alcançar perante a presente conjuntura, plena de incerteza, imprevisibilidade e a rapidez da mudança. Como também perante a dificuldade dos países europeus se entenderem no debate e consenso sobre um futuro comum.

O II Encontro EuroDefense de Jovens Europeus

Desde 2001 que o EuroDefense-Portugal incluiu nos seus objectivos contribuir activamente para promover junto de grupos seleccionados de jovens a reflexão e o debate sobre questões de segurança e defesa europeia.

É neste contexto que, na sequência do I Encontro EuroDefense de Jovens Europeus realizado em Saint-Cyr, França, em 2002, o EuroDefense-Portugal organizou o II Encontro de Jovens que teve lugar nas instalações da Academia Militar em Lisboa, entre 7 e 11 de Setembro de 2004. Aí estiveram presentes 65 jovens universitários e licenciados de 14 Estados da UE – Alemanha, Áustria, Espanha, Eslováquia, Finlândia, Grécia, Itália, França, Holanda, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Roménia e Reino Unido.

O II Encontro de Jovens teve os seguintes objectivos principais:

- Incrementar o nível de compreensão dos participantes para as ameaças presentes e futuras que a Europa terá de enfrentar em matéria de segurança e defesa;
- Estimular o diálogo entre os jovens europeus e orientar as possíveis sinergias que resultam das diferenças europeias.

Segurança e Defesa Europeia – Um Desafio do Presente

O tema do II Encontro de Jovens “Segurança e Defesa Europeia – Um Desafio do Presente” é também o título do presente Caderno já que ele é essencialmente constituído pelo textos que aí foram apresentados e/ou elaborados.

O propósito da escolha do tema tem a ver com a oportunidade e prioridade de alertar a opinião pública, neste caso mais a opinião dos jovens europeus, para as ameaças que a União Europeia enfrenta e terá de enfrentar no futuro próximo.

E, na sequência dessa identificação, levar os jovens a assumir com maior consciência a constituição e consolidação da identidade europeia de segurança e defesa, apoiando as políticas, medidas e investimentos necessários para dotar a União com os instrumentos apropriados para o seu exercício, na garantia da segurança e defesa europeia e em prol da estabilidade e paz no Mundo.

O tema foi objecto da preparação das diversas delegações a quem foram enviados textos de apoio, do ciclo de conferências que incluíram as respectivas apresentações e debate e de uma reflexão aprofundada, debate e elaboração de textos pelos jovens participantes organizados em Grupos de Trabalho.

O texto seleccionado pelos jovens participantes como “Documento Final” do II Encontro de Jovens foi publicamente apresentado na Sessão de Encerramento e, depois de ser presente na Reunião dos Presidentes das Associações EuroDefense no final de Setembro em Baden, Áustria, foi enviado ao Presidente da Comissão Europeia e ao Alto Representante para a PESC.

Com a edição do “Caderno 4” do EuroDefense-Portugal e da sua difusão, esperamos, uma vez mais, contribuir para a reflexão aprofundada e alargada sobre a União Europeia e o futuro da sua Política de Segurança e Defesa.

II Encontro EuroDefense de Jovens Europeus
“A Segurança e Defesa Europeia – Um Desafio do Presente”

Programa das Conferências

7 de Setembro

16:00 – Sessão de Abertura

Intervenção do Presidente do EuroDefense-Portugal, TGen Mateus da Silva

Mensagem do Presidente Honorário das Associações EuroDefense

Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Dr. Mário David

8 de Setembro (na Representação em Portugal da Comissão Europeia)

I Painel – As novas ameaças à ordem internacional

09:00 – “A UE e as novas ameaças”

Prof. Doutora Maria do Céu Pinto

11:00 – “Prevenção e resposta às novas formas de terrorismo”

CMG Rodriguez Garat (Espanha)

12:00 – “A União Europeia – Solidariedade na diversidade — Portugal europeu e atlântico”

Prof. Doutor Ernâni Lopes

9 de Setembro

II Painel – A vocação estratégica da União Europeia

09:00 – “Um conceito estratégico para a União Europeia”

TGen Abel Cabral Couto

11:00 – “Perspectivas das relações transatlânticas no quadro da nova Constituição e do alargamento”

Prof. Doutor Holger Mey (Alemanha)

III Painel – Capacidades da União Europeia

16:00 – “Capacidades militares da União Europeia – Organização das forças”

General Luís Valença Pinto

10 de Setembro

09:00 – “Investigação, indústria e defesa – A Agência Europeia de Defesa”

M. Christophe Burg (França)

17:30 – Leitura do Documento Final elaborado pelos Grupos de Trabalho

18:00 – Sessão de Encerramento

Apresentação do Documento Final

Secretário das Associações EuroDefense, M. Claude Dehouck

Presidente do Conselho Geral do EuroDefense-Portugal, Dr. João Salgueiro

Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. José Pereira da Costa

Intervenção do Presidente do EuroDefense-Portugal

TGen Eduardo Mateus da Silva (*)

Presidente do EuroDefense-Portugal

Vamos iniciar os trabalhos do II Encontro de Jovens Europeus, na sequência daquele que a Associação EuroDefense-França organizou em Setembro de 2002, em St. Cyr.

As Associações EuroDefense têm como objectivos gerais “Promover a identidade europeia de segurança e defesa” e “contribuir para o desenvolvimento de um espírito de defesa”. Para esse efeito as Associações relacionam-se com os respectivos Ministérios da Defesa Nacional e com a sociedade civil, em particular com as instituições consagradas ao estudo de temas estratégicos e relações internacionais e à problemática da indústria de defesa.

No âmbito da sociedade civil merece particular atenção o relacionamento com os jovens universitários que se preocupam com o tema da segurança e da defesa.

Neste âmbito se insere este Encontro que é participado por todas as Associações e cujos objectivos podemos sintetizar da seguinte forma:

- Incrementar o nível de compreensão dos participantes para as ameaças presentes e futuras que a Europa terá de enfrentar em matéria de segurança e defesa;
- Estimular o diálogo entre os jovens europeus e orientar as possíveis sinergias que resultam das diferenças europeias.

O EuroDefense-Portugal tomou a iniciativa de organizar este Encontro depois de ter sido solicitado pelas outras Associações e entendeu escolher como tema “Segurança e Defesa Europeia. Um desafio do presente” querendo com isso significar que no momento actual este é um desafio crucial para a Europa.

A Europa é hoje um gigante económico sem a correspondente importância política. No entanto pretende ter uma voz activa na cena internacional na realização dos seus objectivos e na defesa dos seus interesses sem estar disposta a pagar os custos que isso implica. Num mundo instável e conflitual carregado de ameaças indefinidas e imprevisíveis entre as quais sobressai o terrorismo internacional e o uso de Armas de Destruição Maciça, a Europa tem de dispor de uma capacidade militar que garanta a sua Segurança e Defesa e que credibilize a sua acção diplomática no seio das nações. É que diplomacia sem força é como uma orquestra sem violinos.

Não queremos dizer com isto que a Europa se deva vocacionar como uma hiperpotência como os EUA, com capacidade de intervenção em qualquer ponto do Globo, mas entendemos que a Europa deve possuir capacidade militar autónoma, no mínimo para garantir a sua segurança e defesa na sua área geográfica para complementar e repartir com os os EUA

responsabilidades comuns de segurança e defesa, no âmbito NATO e para participar em parceria no apoio à estabilidade e segurança internacional, no quadro das Nações Unidas.

Ao longo deste Encontro e repartidos por três painéis o tema da Segurança e Defesa da Europa vai ser abordado em primeiro lugar nesta Sessão de Abertura sobre o tema geral: “A Política Europeia de Segurança e Defesa” em seguida o I Painel – “As Novas Ameaças à Segurança Internacional”, depois o II Painel – “Vocação Estratégica da União Europeia” e finalmente o III Painel – “Capacidades da UE – entre a utopia, a realidade e a eficiência”.

O grande problema que se coloca à Europa é que tendo terminado a Guerra Fria, os EUA tem como prioritários outros problemas de segurança. Quem não cuida da sua defesa quando julga que não precisa dela arrisca-se a não ter defesa quando dela precisar. A Europa está longe de possuir uma capacidade militar satisfatória como ficou evidente na elaboração do ECAP – European Capabilities Action Plan. Os grandes sistemas tecnológicos estratégicos que a Europa não possui e de que depende da boa vontade e dos interesses dos EUA custam muito caro e demoram muitos anos a constituir. Se a Europa não decidir agora a sua realização e o seu financiamento ficará irremediavelmente atrasada. A criação da Agência Europeia de Defesa é uma boa notícia mas sem os investimentos necessários de pouco pode servir.

A construção da Europa constituiu um processo extraordinário que transformou completamente este nosso velho/novo continente.

Desde o fim da II Guerra Mundial, quando a Europa bateu no fundo, os Europeus com a ajuda imprescindível dos EUA souberam criar os instrumentos que conduziram a um desenvolvimento económico vertiginoso, o qual permitiu desenvolver políticas sociais avançadas; e ao garantirem a sua segurança e defesa criaram um espaço de paz e estabilidade como nunca antes tinha existido.

Ao alargar progressivamente a sua área geográfica, primeiro do lado ocidental e agora abrangendo também os países de Leste, a União Europeia adquiriu uma dimensão planetária que lhe permite dialogar com os outros Estados e Blocos de dimensão mundial.

Contudo, como referimos, esta dimensão económica e social não se exprime numa dimensão política equivalente quer por dificuldades de concertação entre os Estados Membros na política externa e de segurança quer por significativas lacunas na capacidade militar. Esta situação não permite à UE agir no cenário internacional à medida da sua dimensão e dos seus interesses.

A conjuntura económica depressiva que atravessamos, a exigência de competitividade provocada pela globalização, os custos do alargamento e a necessidade de investir na segurança e defesa para responder às novas ameaças do cenário internacional criaram uma exigência acrescida de recursos que mesmo os países mais ricos da União têm dificuldade em aceitar e satisfazer. Neste quadro de carências vêm naturalmente ao de cima os diferentes interesses de uns e de outros e os egoísmos nacionais.

Contudo, a época conturbada em que nos encontramos exige aos povos europeus sacrifícios em nome de valores superiores que só podem ser aceites se existir coesão e solidariedade.

Falta sobretudo intuir nas mentes, nos espíritos e nos corações uma cidadania europeia, uma Europa da solidariedade e da coesão que conciliem interesses e atenuem egoísmos nacionais.

Para os Europeus mais velhos a lembrança histórica do passado contém traumas que ainda provocam desconfianças e ressentimentos. Para vós, jovens que nascesteis numa Europa sem fronteiras onde a livre circulação das mercadorias, das pessoas e das ideias fluem livremente e onde a convivência das culturas está a criar uma nova cultura europeia, sem prejuízo das culturas nacionais e regionais, a diferença estimula a vontade de conhecer o outro como um igual, sem olhar para ele como um adversário e muito menos como um inimigo.

A Europa só pode construir-se no respeito pelas diferenças culturais e sociais entre as nações. Mas também com o cimento da coesão que só uma verdadeira solidariedade entre pobres e ricos e entre desenvolvidos e mais desfavorecidos pode criar num cenário de segurança e defesa comum. Porque a solidariedade implica redistribuição e a segurança contra as ameaças tem custos, não é possível satisfazer essas necessidades com um orçamento da UE que, neste momento, corresponde apenas a 1, 29% do PIB e que alguns países pretendem ainda diminuir.

As gerações mais velhas que nos governam não conseguiram ainda ultrapassar esse impasse. Esperamos que a vossa geração tenha a capacidade e iniciativa para ajudar á mudança necessária.

Para isso é decisivo conhecermo-nos uns aos outros porque só assim podemos criar os laços de amizade e fraternidade, que dêem eficácia à acção em comum.

As viagens de estudo, de trabalho e de turismo que fazemos, Programa Erasmus, o Serviço Voluntário Europeu, os programas comuns de investigação científica e tecnológica, os Cursos, os Mestrados e os Doutoramentos noutros países, as empresas multinacionais com culturas comuns, enfim toda a complexa teia de relacionamentos, negócios, estudos e projectos e acções comuns constituem um estimulante motor para a amizade e o relacionamento entre as pessoas que se transmitirá mais tarde ao nível das nações europeias e dos seus governantes.

E será esta noção de pertença a uma cidadania europeia que representa um ideal cultural diferente, um imenso espaço democrático, onde os direitos sociais e humanos são respeitados e que constitui um modelo de sociedade evoluída do conhecimento e do saber que pode criar uma nova e consistente identidade europeia.

Esta sociedade, unida na sua diversidade mas com imensos laços e interesses comuns, deve constituir, num mundo inseguro e conflitual, uma comunidade de segurança e defesa na qual os seus membros, que acreditam no mesmo modelo social, entendem que vale a pena defender.

Esperamos que este Encontro que agora organizamos e no qual vão participar contribua e seja mais uma pedra nesta construção europeia comum, coesa e solidária que visionamos para o futuro.

Termino com os agradecimentos do EuroDefense-Portugal às entidades que mais nos ajudaram e apoiaram para possibilitar a realização deste Encontro:

ao Ministério da Defesa Nacional

ao Estado-Maior do Exército

à Academia Militar

ao Instituto da Defesa Nacional

à Associação Industrial Portuguesa

à Representação da Comissão Europeia em Portugal

à ANA- Aeroportos de Portugal

à Portugal Telecom

à Decide

Desejo a todos vós, jovens cidadãos europeus, uma boa estadia no nosso País, que vos permita conciliar o estudo, a reflexão e o trabalho, com algumas visitas de natureza turística e cultural que vos iremos proporcionar e com uma frutuosa e sã convivência entre todos.

E, acima de tudo, que o nosso Encontro seja factor de maior união entre os Europeus, entre os jovens Europeus.

(*) Vice-Presidente do Conselho Estratégico das
Empresas de Alta Tecnologia e Defesa
ex-Presidente da Comissão de Planeamento das
Comunicações de Emergência

Mensagem do Presidente Honorário das Associações EuroDefense

M. Pierre Schwed

Le Président d'EuroDefense-Portugal m'a aimablement invité à votre rassemblement. Mais, mon état de santé ne me permettant pas d'y participer, il m'a alors suggéré de vous adresser un message en ouverture de votre réunion. C'est avec grand plaisir que j'accède à la demande du Lieutenant-Général Mateus da Silva, mon ami Eduardo. Par la même occasion, je tiens aussi à le remercier ainsi que toute son équipe d'avoir pris le relais de Paris en organisant cette « IIe Rencontre EURODEFENSE des Jeunes Européens ». Elle est un formidable espoir pour toutes nos associations.

C'est, en effet, très réconfortant de voir des jeunes s'intéresser aux questions de sécurité et de défense alors même que beaucoup d'entre vous êtes au début de votre vie professionnelle, à la recherche d'un emploi correspondant à vos aspirations ou préoccupés par vos premières responsabilités déjà importantes. De plus, il faut reconnaître que pour vous, l'aversion entre pays voisins qui a tellement marqué l'Histoire de notre Europe au cours des décennies antérieures, est inimaginable. D'une façon générale, à vos yeux, les barrières et les frontières traditionnelles entre les pays de l'Union européenne, ont toutes explosé. De ce fait, tout naturellement, ceci induit une forte propension à occulter les exigences de défense et de sécurité inhérentes pourtant à la vie même de toute communauté.

Dans ces conditions, votre participation à cette IIe Rencontre a une signification importante. Elle témoigne de votre capacité de ne pas vous laisser entraîner par cette illusion d'un monde sans danger et d'une paix acquise à jamais. Depuis un demi-siècle, a été bâti le Marché commun qui est devenu la Communauté Economique puis aujourd'hui l'Union européenne. Qui oserait, de nos jours, contester ses succès et les apports au profit de tous ? Mais, il ne suffit pas de vivre dans de meilleures conditions, de jouir d'un certain bien-être et de dire que nous partageons des valeurs communes. Il faut être en mesure, si besoin est, de savoir les défendre. Le fait que vous consacriez plusieurs journées de vos vacances à cette réflexion montre que vous pressentez cette exigence.

Bravo, la relève est bien assurée. Mais puis-je souligner que votre engagement sera couronné d'un succès d'autant plus vaste que les jeunes seront chaque jour plus nombreux à nous rejoindre. Aussi, soyez les ambassadeurs d'EuroDéfense pour que nos associations les accueillent en nombre croissant. Vous y apporterez toute votre énergie qui est indispensable.

Je voudrais ajouter qu'il ne sert à rien de vouloir parler de défense de l'Union européenne si cette Union n'est, en fait, qu'une communauté de travail, de production de biens et services ou de distribution de richesses. En d'autres termes, si elle n'est pas une réalité dans les cœurs et les esprits. Une communauté n'existe vraiment que si l'ensemble des hommes et femmes qui la composent, ressentent un même sentiment d'appartenance, d'attachement, d'identité et de solidarité.

Seul ce sentiment peut conduire les individus à adhérer à des projets communs et à partager une même fierté. Les nations, communautés historiques, sont, pour le moment, les lieux privilégiés de l'exercice de la démocratie et, de ce fait, gardent toute leur signification identitaire.

Elles demeurent le principal instrument de la cohésion sociale. Mais elles sont aujourd'hui affaiblies parce que leur souveraineté est plus limitée.

Elles le sont aussi parce que, dans notre monde, de plus en plus ouvert et complexe, le projet politique par lequel notamment elles intégraient les populations, s'appauvrit. A l'avenir, pour que la construction de l'Europe puisse se poursuivre avec bonheur, il faut, me semble-t-il, recréer ces liens entre toutes celles et tous ceux qui la composent, en donnant au mot Union tout son sens.

Il est certain que pour y parvenir, vous les jeunes, pour les raisons déjà évoquées, y détenez une capacité bien plus grande que celles des générations antérieures.

D'ailleurs, nos gouvernements en ont pris conscience puisqu'ils ont créé en 1996, un Service Volontaire Européen (SVE) qui a pour but de concrétiser l'idée de « citoyenneté européenne ». Hélas, même si vous êtes très bien informés sur tout ce qui intéresse directement la jeunesse, la majorité de nos concitoyens ne connaît pas ce dispositif. De plus, il est tout aussi regrettable qu'il n'y ait pas, parmi les nombreux objectifs visés, une sensibilisation plus forte aux problèmes de protection et de sécurité. Cependant, la Commission Européenne prévoyant d'élargir les possibilités de participation de ce Service à toute structure publique et privée, ne pensez-vous pas que les jeunes d'EuroDéfense devraient saisir cette occasion et exploiter les voies ainsi ouvertes?

Par exemple, dans le cadre des « mesures contre la délinquance », pourraient être envisagées des actions plus générales en matière de renforcement de la sécurité, de combat contre l'incivisme ou de lutte contre le terrorisme. Je mesure bien les difficultés de cette entreprise mais la sécurité étant le premier des biens collectifs, il serait bien dommage qu'un Service qui vise à la réalisation de projets d'utilité au niveau européen, n'intègre pas des actions de ce type. Vous pouvez être un aiguillon pour que ce Service devienne un puissant moyen fédérateur et intégrateur.

Quand nous avons créé EuroDéfense, il y a dix ans, nous étions un peu considérés par certains comme des originaux visant à promouvoir des chimères: "la défense et la sécurité européennes". Quelques années plus tard, le conflit tragique des Balkans devait réveiller les opinions publiques assoupies. Jadis, indifférentes, elles étaient devenues, face à l'événement, virulentes dans la critique de l'inaction de nos gouvernements et de l'incapacité de nos forces à entreprendre immédiatement une action. Puis, peu à peu, pas à pas, la défense européenne est devenue un vrai sujet de préoccupations et l'an dernier l'UE a réalisé une première opération (Bunia).

Vous les jeunes d'EuroDéfense pouvez être les promoteurs d'un Service Volontaire Européen qui, bien évidemment, devrait inclure la protection des citoyens et la sécurité des territoires. C'est vous qui bâtirez cette Europe des esprits et des cœurs et qui donnerez davantage de consistance à cette Union. Tous les individus qui composent l'Europe doivent comprendre que, quoi qu'il arrive, ils partageront désormais le même avenir. Que cette « Ile Rencontre » soit une grande réussite.

Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Dr. Mário Santos David

Quero em primeiro lugar felicitar a EuroDefense-Portugal por esta oportuna iniciativa e agradecer o convite que me foi dirigido para participar na abertura do debate que hoje terá lugar, sobre um tema que inevitavelmente assumiu um carácter prioritário não apenas na agenda da União Europeia e dos seus Estados membros, mas de toda a comunidade internacional.

É pois com muito gosto que partilho convosco algumas reflexões sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), no contexto dinâmico em que emerge.

Apesar de só muito recentemente ter ganho contornos mais definidos, a PESD é fruto de um longo processo de maturação, durante o qual a UE tem vindo a aumentar a sua capacidade de projectar influência para além das suas fronteiras imediatas.

A evolução do próprio processo de construção europeia ajuda a compreender, em larga medida, a natureza da PESD: a vocação eminentemente civil do projecto europeu dos primeiros quarenta anos; o papel dos países mais influentes (ex. RU e França); a evolução do relacionamento transatlântico; o impacto de desenvolvimentos externos como o 11 de Setembro.

Acima de tudo, a definição do espaço estratégico da União deverá procurar responder a um novo contexto securitário internacional, caracterizado pela concorrência de novas e antigas ameaças.

Nas últimas décadas, a proliferação de armas de destruição maciça, fomentou o terrorismo internacional. Estados falhados e numerosos actores interestaduais entraram na geopolítica internacional como novas ameaças à segurança dos cidadãos e dos Estados. Paralelamente, fenómenos como o tráfico de droga, o crime organizado ou a imigração ilegal, são hoje encarados como factores de potencial ameaça à segurança interna e internacional.

Associados a estes factores estão ainda os de índole económica e cultural. Por um lado, o fosso entre o mundo dito desenvolvido ou industrializado e os países em vias de desenvolvimento tem vindo a aumentar.

Por outro lado, no plano do **diálogo entre culturas**, é indiscutível que hoje prevalece um perigoso défice de compreensão entre o mundo ocidental e o Islão, agravado pela deterioração da situação política e securitária do Médio Oriente, e as constantes violações dos Direitos Humanos em vários pontos do globo.

Este é, do meu ponto de vista, o contexto internacional em que devemos inserir a discussão sobre a filosofia e os meios da PESD, e procurar responder às legítimas expectativas dos cidadãos europeus. Para acreditar no projecto europeu, os cidadãos reclamam agora uma maior e melhor aposta na sua segurança.

Ora, quais são os termos em que se jogará a segurança europeia do presente e do futuro?... Julgo que se trata de um desafio que obriga a União a uma de três opções estratégicas: i) ou a União Europeia procura assumir definitivamente o estatuto de potência mundial, agindo como um bloco único na cena internacional, ii) ou os Estados membros persistem numa lógica de afirmação nacional, reduzindo as instituições e as capacidades europeias a amplificadores – de fraca potência – da sua voz junto dos seus aliados tradicionais, iii) ou a PESD é concebida para manter as duas primeiras opções em aberto, com todos os riscos de dispersão inerentes...

Senhoras e Senhores,

Abster-me-ei de entrar nos detalhes das novas iniciativas e instrumentos já implementados ou propostos pela União Europeia, porque os reconhecidos oradores que se seguem certamente os comentarão com mais propriedade. Mas permito-me assinalar alguns aspectos que irão contribuir decisivamente para a consolidação da política europeia de segurança e defesa, sustentando a resposta comum ao desafio que enunciei.

A PESD, enquanto parte integrante da política externa e de segurança comum da União, constitui, cada vez mais, um instrumento-chave ao serviço dos objectivos da acção externa da UE, designadamente em termos de segurança e de defesa dos direitos humanos. A prová-lo está um conjunto de desenvolvimentos jurídicos e operacionais recentes que se traduziram quer nas disposições do futuro Tratado Constitucional da União, quer no terreno propriamente dito.

A PESD no Tratado Constitucional

Julgo importante recapitular as disposições introduzidas no texto do Tratado, porquanto são o suporte jurídico de futuras medidas a adoptar. Mencionarei :

- i) a introdução de uma **cláusula de solidariedade no futuro Tratado Constitucional** para reforçar a entreaajuda entre os Estados europeus em matéria de luta contra o terrorismo ou em caso de catástrofe natural;
- ii) a **extensão da lista de missões de gestão de crises, ditas de Petersberg**, que a UE poderá prosseguir para incluir, nomeadamente, acções conjuntas em matéria de desarmamento e missões de aconselhamento e assistência militar. Todas estas missões poderão igualmente contribuir para a luta contra o terrorismo ;
- iii) **uma agência europeia de defesa;**
- iv) possibilidade de adopção de **cooperações estruturadas** em matéria de segurança e defesa (no respeito pelo princípios da inclusão e da abertura à participação de todos os Estados-membros) e
- v) a introdução de uma **cláusula de defesa mútua** em caso de agressão armada.

No que respeita à **Agência Europeia de Defesa (AED)**, formalmente criada em Julho último, com o empenho activo do Governo português, importará recordar que a mesma visará o

desenvolvimento das capacidades militares dos Estados-Membros da União e reforçar a cooperação europeia em matéria de armamentos.

A **AED** poderá ainda trazer um importante contributo em domínios como o da investigação e desenvolvimento, em estreita articulação com a Comissão Europeia e em consonância com a Estratégia de Lisboa, que prevê a canalização de 3% do PIB para I&D.

Os desenvolvimentos da PESD no terreno

Se dúvidas houvesse quanto ao potencial militar europeu já adquirido, basta referir que, de acordo com um estudo recente, a Europa dos 25 possui cerca de 70.000 militares em operações de paz em vários pontos do globo, o que ultrapassa largamente os objectivos globais definidos nos Conselhos Europeus que trataram até agora desta questão.

Ao mesmo tempo, está em preparação uma **missão sucessória da SFOR na Bósnia Herzegovina**, a operação ALTHEA, a qual deverá ser oficialmente lançada até ao final de 2004. Pela sua dimensão e pela sua importância política, esta operação constituirá o primeiro grande teste a nível operacional para a PESD, bem como para a implementação da “parceria” entre a UE e a NATO. **Portugal** contribuirá com cerca de 300 militares para esta operação.

Finalmente, a Operação ARTEMIS na República Democrática do Congo, em resposta a uma solicitação do **SGNU**, constituiu um primeiro exemplo prático da desejável articulação que deverá existir entre a UE e a ONU, em apoio a uma ordem multilateral reforçada.

O sucesso das primeiras operações lançadas ao abrigo da PESD tem sido um elemento importante para o reforço da credibilidade da acção externa da União.

A Estratégia Europeia de Segurança e Defesa (EES)

Ao aprovar esta estratégia, o Conselho Europeu de Dezembro de 2003 procurou criar condições para que a União seja capaz de mobilizar, de forma coordenada uma panóplia de instrumentos que abrangem não só meios diplomáticos, económicos ou financeiros, mas também recursos no âmbito civil e militar ou a ajuda humanitária.

Aqui reside uma das principais vantagens da contribuição europeia para a prossecução do objectivo de uma maior segurança e estabilidade internacional.

Estas vantagens necessitam de se traduzir numa capacidade reforçada de gestão de crises em termos mundiais por parte da União, mas também num reforço da sua acção preventiva.

A concretização da EES tem prosseguido, como sabem, em torno de quatro domínios prioritários:

- i) **promoção de um multilateralismo efectivo tendo as Nações Unidas por núcleo central** – Portugal considera que, na área da prevenção e gestão de crises, é fundamental uma mais eficaz cooperação entre as instituições das NU, nomeadamente o CSNU e o ECOSOC e as instituições de Bretton Woods, com vista a melhorar substancialmente o funcionamento do CSNU.

- ii) **luta contra o terrorismo** – O 11 de Setembro veio alterar alguns dos objectivos prosseguidos pela PESC/PESD. O terrorismo **tornou-se** – e mantém-se – uma **ameaça imediata com que a UE tem de lidar**. O desafio central do ponto de vista institucional consiste na mobilização integrada de todos os instrumentos ao dispor da União numa abordagem estratégica de longo prazo (i.e., necessidade de interligação entre os elementos de segurança interna – ex. JAI – e os elementos de segurança externa – ex. PESD).
- Entretanto, os trágicos acontecimentos de 11 de Março apressaram a entrada em vigor de um conjunto de medidas que se encontravam já em preparação na União, entre as quais a criação da figura do **coordenador europeu para o terrorismo**.
- iii) **parceria estratégica para o Mediterrâneo e o Médio Oriente** – Está aqui em causa o desenvolvimento de uma nova abordagem da UE para com os países da região, a qual deverá evitar que a perspectiva securitária se sobreponha às demais vertentes da cooperação/diálogo político da União com a região. Os esforços da União deverão centrar-se na promoção de uma assistência efectiva à implementação das agendas de reforma daqueles países.
- iv) **prosecução de uma política abrangente em relação à Bósnia-Herzegovina** – O presente objectivo deverá ter em linha de conta a abordagem política global da União para os países dos Balcãs Ocidentais, ou seja, o Processo de Estabilização e Associação lançado em 1999 para aquela região.

O futuro das relações UE – NATO

Ninguém duvida que os alargamentos paralelos da NATO e da UE vieram reforçar a segurança e a estabilidade no continente. As assimetrias entre as duas organizações vão diminuindo ao mesmo tempo que se reforça a compreensão mútua dos méritos de cada uma.

Certamente que estamos todos igualmente de acordo que a União Europeia se deve dotar de capacidades autónomas que lhe permitam desenvolver operações de gestão de crises. Estamos também todos sintonizados com a necessidade de implementar a estratégia de segurança europeia para responder a novas ameaças.

A grande questão que se coloca hoje é a de saber se o aprofundamento da Política Europeia de Segurança e Defesa se deverá realizar em articulação com a NATO, como pilar europeu da Aliança ou fora dela, com uma defesa europeia autónoma da Aliança ?

A resposta do Governo português a esta questão, resumida numa palavra, é: complementaridade!...

Entendemos que o aprofundamento da dimensão europeia de segurança e defesa deverá ser prosseguido numa lógica de estrita complementaridade e de modo algum de concorrência entre a UE e a NATO. E é nesse sentido que defendemos uma lógica de concertação de esforços entre as duas organizações, de forma a evitarmos duplicações desnecessárias de meios e capacidades militares.

Devemos ser claros, a UE e a NATO são organizações que se complementam. O reforço da parceria estratégica entre as duas organizações deverá ser prosseguida sem ambiguidades nem hesitações, não apenas por razões históricas, mas também porque dessa parceria depende, em larga medida, a segurança e a estabilidade internacionais.

Nós orgulhamo-nos de ser um País fundador da NATO e consideramos que a Europa é tributária de um sistema de paz que, em grande medida, deve a sua estabilidade à Aliança Atlântica.

Algumas vezes diz-se que Portugal está na periferia da Europa; no entanto, a nossa centralidade atlântica é irrefutável, tal como é a importância geoestratégica que lhe é inerente. Portugal, enquanto País simultaneamente europeu e atlântico, é dos que mais têm a ganhar com a complementaridade entre a União Europeia e a NATO, e mais a perder com uma visão concorrencial. Esta é uma questão política mas também de recursos, que, todos sabemos, são escassos.

Conclusão

A Europa alargada, com 25 Estados membros, mais de 450 milhões de cidadãos e responsável por um quarto da produção mundial, é inevitavelmente um actor global e deve estar pronta a assumir a sua quota-parte de responsabilidade pela segurança mundial.

Hoje, a Política Europeia de Segurança e Defesa é uma realidade bem presente na cena internacional e o potencial da Europa a este nível é, cada vez mais, um poder efectivo. A imagem da Europa como um gigante económico e um anão político está ultrapassada. No entanto, estamos conscientes que este é um longo processo.

Mas as novas ameaças que enfrentamos estão identificadas e está traçada uma estratégia europeia para lhes fazer face. Acreditamos que a melhor forma de a implementar e, assim, garantir a nossa segurança, é através do reforço do multilateralismo e do fortalecimento do vínculo transatlântico. Nós estaremos na linha da frente deste desafio, defendendo os interesses de Portugal e dos portugueses.

Obviamente, não podemos pretender que haja posições comuns da UE em absolutamente tudo, mas a União está a aprender, aos poucos, por vezes com alguma dificuldade, que falar com uma só voz traz maiores dividendos do que falar com vozes dissonantes.

A União representa todo um conjunto de valores e de princípios que influenciam o seu desenvolvimento interno e externo. Há por isso interesse em assumirmos que por vezes é necessário o uso da força para a defesa desses valores e princípios. E o futuro de Portugal como Nação passa também pelas respostas que a Europa souber encontrar neste domínio.

Por isso, há que saber influenciá-las.

Terrorismo transnacional: as novas políticas de segurança da União Europeia

Prof. Doutora Maria do Céu Pinto (*)

Professora da Universidade do Minho

Al-Qaeda: A Natureza da Ameaça

O fim da Guerra Fria deixou profundas incertezas no que concerne a natureza e a dimensão das futuras ameaças para a Europa e os seus aliados. Com o fim da “Ameaça Soviética”, as preocupações de segurança não desapareceram. Pelo contrário, emergiu um novo conjunto de ameaças militares e securitárias. A agenda de segurança pós-Guerra Fria tem sido marcada por novas preocupações ligadas à proliferação, disputas fronteiriças, problemas de instabilidade doméstica e subdesenvolvimento económico, falta de respeito pelos Direitos Humanos, as doenças infecciosas, terrorismo transnacional e extremismos religiosos.

Nos anos 90, os actos terroristas perpetrados por indivíduos extremistas ou grupos alegando agir por motivos religiosos aumentaram, e continuarão certamente a crescer nas próximas décadas, devido aos problemas económicos, às tensões políticas e às grandes mudanças regionais e mundiais. O aumento de violência terrorista é largamente atribuído ao aumento do terrorismo religioso que cresceu de forma acentuada desde os finais dos anos 80. Esse último tornou-se uma das formas dominantes de terror, ultrapassando, em número, os tradicionais grupos políticos/nacionalistas/separatistas. Os terroristas religiosos diferem dos terroristas ideológicos tradicionais, pois têm mais maior tendência para recorrer à violência de forma indiscriminada. Para os terroristas religiosos, a violência “assume uma dimensão transcendente”: ela é praticada para cumprir uma ordem divina, não se encontra submetida a restrições morais que parecem condicionar a actuação de outros terroristas.

B. Hoffman afirma que “enquanto os terroristas seculares consideram geralmente a violência indiscriminada como imoral e contraproducente, os terroristas religiosos encaram essa violência como sendo moralmente justificada e um meio necessário para atingir os seus objectivos”. Por conseguinte, a religião torna-se uma força legitimadora – veiculada através de textos sagrados ou transmitida por autoridades clericais, afirmando falar em nome de Deus.

Esses novos grupos procuram, em primeiro lugar, castigar os Estados Unidos pelas políticas hegemónicas praticadas por Washington no Médio Oriente, assim como outras nações ocidentais, infligindo essencialmente pesadas perdas humanas. Esses grupos são bem financiados, alguns por entidades privadas, e outros através do desenvolvimento de sofisticadas redes de apoio internacionais que lhes dão grande liberdade de movimento e aumentam as suas oportunidades de atacar o Ocidente, assim como outros interesses de uma forma global.

Eles são capazes de produzir sofisticadas armas convencionais, e no futuro, poderão eventualmente utilizar agentes químicos e biológicos. Os especialistas afirmam que a maior parte do material necessário à construção de armas de destruição maciça (ADM) estará ao alcance de pequenos Estados e organizações sub-nacionais.

Isto não lhes confere a capacidade de ocupar um território, mas terão os meios necessários para produzir severos danos sociais e económicos. Eventos relatados desde o início dos anos 90 revelam que o terrorismo tornou-se uma forma moderna de guerra. Já não se trata de uma actividade marginal utilizada esporadicamente. A título de exemplo, só para mencionar alguns casos mais conhecidos, o terrorismo tornou-se a escolha táctica no Iraque e na Chechénia. O terrorismo ultrapassou, especialmente desde 11 de Setembro, todas as barreiras possíveis e esperáveis e fez tábua rasa de todas as restrições morais. Não deverá constituir nenhuma surpresa o facto dos terroristas, um dia, utilizarem as chamadas ADM.

Com o 11 de Setembro, os investigadores europeus descobriram uma imagem do seu continente que dificilmente poderiam imaginar: um santuário, uma base logística e um quartel-general para a organização al-Qaeda e as redes afiliadas. Os países europeus são um ponto fulcral para o apoio às redes que a al-Qaeda apoia, assim como para as actividades das quais depende, tal como a recolha de fundos, o recrutamento e a propaganda. A Europa constituiu um local de preparação para os ataques do 11 de Setembro e provou ser um importante terreno de recrutamento para as redes. A lista de atentados em preparação descobertos no solo europeu, após os ataques de Nova Iorque e do Pentágono, constitui demonstração da amplitude e do alcance da presença de um conjunto articulado de células terroristas.

Acredita-se que esta rede se encontre radicada na Grã-Bretanha França, Espanha, Itália, Alemanha, Bélgica e Países Baixos e que conte com apoiantes em vários outros países e continentes.

No sentido de compreender o alcance da al-Qaeda presente hoje na Europa, é importante perceber que, nas últimas décadas, houve uma mudança do centro de gravidade da actividade islâmica do mundo árabe para a Europa, devido a uma série de factores: 1. O sucesso obtido pelos governos árabes em combater o fenómeno radical nos seus países e expulsar as facções radicais, frequentemente em direcção da Europa. Esta tornou-se, por sua vez, em ponto de encontro central para os radicais islâmicos; 2. A atitude liberal dos governos europeus e parte das suas sociedades relativamente aos imigrantes muçulmanos, suas tradições e face às mudanças sociais existentes nas comunidades islâmicas.

A Europa tornou-se a “terra do Islão” devido à presença de pelo menos 15 milhões de Muçulmanos. O papel fulcral desempenhado pela Europa no movimento da “Jihad Global”, lançada por Osama bin Laden, está também relacionado com factores sociais, económicos e políticos que estão a afectar as comunidades islâmicas no Ocidente, especialmente as dificuldades em se integrar e em lidar com o ambiente da modernização ocidental e seus valores. Na maioria dos países europeus existem grandes comunidades muçulmanas compostas por emigrantes oriundos de diferentes partes do mundo islâmico (do Magrebe ao sub-contidente indiano).

Este fenómeno também inclui as grandes populações estudantis e de empresários que viajam frequentemente para a Europa. Geograficamente, a Europa está situada numa parte

estratégica do mundo, com bons meios de transporte e de comunicação com o Médio Oriente, a Ásia e os Estados Unidos. Torna-se, por isso, um alvo apetecível para os terroristas.

Neste contexto, os terroristas podem enviar, mais facilmente, elementos operacionais. O novo tipo de terroristas islâmicos é altamente móvel, viaja por toda a Europa com papéis falsos, contactando com elementos de outras células e activando células adormecidas.

Os grupos relacionados com a al-Qaeda interagem, movimentam-se e mudam constantemente. As sociedades liberais e tolerantes da Europa proporcionam um ambiente ideal para alguns dos operacionais que pretendem misturar-se no meio envolvente evitando, assim, ser detectados pelas autoridades. Estes podem ainda aproveitar-se da tradição da falta de intromissão das autoridades na vida dos cidadãos comuns. Eles podem passar despercebidos nas comunidades muçulmanas: aí podem obter cobertura, abrigo, ajuda logística para os seus simpatizantes e apoiantes locais que, por sua vez, são uma fonte potencial de recrutamento.

Além disso, aqueles elementos podem viajar facilmente, coordenando as actividades das células graças às poucas restrições que existem às deslocações no espaço da União Europeia (UE). Na UE, que eliminou a maior parte dos controlos fronteiriços, os islamistas radicais podem passar de um país para outro sem correr o risco de fiscalização de passaportes e controlos de identidade. A falta de total integração a nível da UE dos mecanismos de segurança interna, tem favorecido as suas actividades, pois as agências policiais e judiciárias permanecem sob a supervisão nacional. Os terroristas têm, assim, aproveitado a fraqueza de coordenação entre os serviços de informação europeus.

A eficácia e a longevidade da al-Qaeda não deve ser avaliada pelo número total de *mujahedin* que treinaram no passado para a *jihād* (essencialmente no Afeganistão), mas sim pela sua capacidade contínua de recrutar, mobilizar e incentivar os actuais e os futuros combatentes, os apoiantes e os simpatizantes. A al-Qaeda é uma entidade extremamente dinâmica, flexível e adaptável. De acordo com a perspectiva da al-Qaeda, existem muitas razões e oportunidades para continuar a lutar: a guerra no Iraque, os regimes “repressivos” árabes, as insurreições armadas na Chechénia, Cachemira e nas Filipinas, as forças da globalização que parecem ameaçar a cultura árabe, o domínio do Ocidente e o poder esmagador dos Estados Unidos.

Encontramo-nos num estado de transição onde as nossas medidas de contra-terrorismo estão a melhorar e a fortalecer-se enquanto a al-Qaeda continua a esforçar-se para adaptar-se a um ambiente menos favorável. Durante este período de adaptação, os ataques de baixa intensidade continuarão, na sua maioria contra os “*soft targets*”. Contudo, a al-Qaeda poderá surpreender-nos, no futuro, com algum ataque maciço ocasional numa escala semelhante aos do 11 de Setembro. A história ensina-nos que a luta contra o terrorismo é longa mesmo quando os terroristas operam a nível nacional e estão, por isso, mais vulneráveis à acção das autoridades.

Na Itália, as Brigadas Vermelhas lutaram entre os finais dos anos 60 e o final da década de 80, mas conheceram um recrudescimento nos últimos anos. Na Alemanha, a Facção do Exército Vermelho sobreviveu desde início dos anos 70 até aos anos 90. O IRA emergiu nos

finais da década de 60 e pousou as suas armas somente no final dos anos 90. Em Espanha, a ETA está quase a completar a sua quinta década de actividades. A al-Qaeda representa mais de uma década de desenvolvimento organizacional, baseado nas relações forjadas durante a guerra soviética-afegã. O seu planeamento activo para uma guerra terrorista contra os Estados Unidos começou por volta de meados da década de 90 e o planeamento para o 11 de Setembro começou três ou, possivelmente, quatro anos antes do ataque, iniciando-se com conjuras elaboradas na primeira metade dos anos 90.

A abordagem da Europa para lidar com o terrorismo

Apesar da OTAN permanecer marcada por desacordos quanto à importância que o contra-terrorismo deveria ocupar na sua agenda, a União Europeia, pelo contrário, tem reforçado a sua cooperação, a nível de criação e aplicação da legislação aplicável, e outras áreas afins. Os ataques de 11 de Setembro impulsionaram uma maior integração na UE, em especial nas áreas consideradas cruciais para a prevenção contra ataques terroristas. O 11 de Setembro pôs em evidência a necessidade de uma maior harmonização a nível das medidas e uma cooperação mais estreita no combate ao terrorismo. A “Decisão-Quadro relativa ao Combate contra o Terrorismo” (19 de Setembro 2001) adopta uma definição comum de terrorismo, baseando-se na definição utilizada nas Nações Unidas, e impõe penas criminais uniformes para os actos terroristas em toda a Europa. Até aos ataques contra território americano, a situação era muito diferente de Estado para Estado. Na maioria, não havia regras específicas quanto ao terrorismo e os actos terroristas eram punidos de acordo com a lei ordinária. Apenas seis Estados-Membros (Alemanha, Itália, França, Espanha, Portugal e o Reino-Unido) tinham legislação específica quanto ao terrorismo.

Os terroristas aproveitaram-se das diferenças de tratamento legal a nível da UE, em particular onde o crime de terrorismo não era considerado como tal pela lei nacional. Eles tiraram partido das falhas na legislação devido às fronteiras nacionais que agiam como barreiras físicas irremovíveis e dificultavam a acção dos investigadores europeus. Em vez disso, os terroristas gozavam frequentemente de recursos logísticos e financeiros substanciais. A UE adoptou uma lista de grupos e indivíduos envolvidos em actividades terroristas. A “Decisão-Quadro” permite à UE adoptar medidas pró-activas, tais como a congelação de bens de grupos ou indivíduos suspeitos de participarem em actividades terroristas. Dessa forma, os grupos e indivíduos mencionados na lista oficial de terroristas da UE enfrentarão acusações criminais idênticas em todo o espaço comunitário. A Decisão-Quadro não confere à UE novos poderes supranacionais para combater o terrorismo, mas estabelece padrões comuns que os Estados-Membros deverão seguir. Em Dezembro de 2001, a UE adoptou o Mandato Europeu de Captura. Quando este estiver plenamente em vigor, permitirá às autoridades judiciais transferir os suspeitos no espaço da UE, eliminando o longo e complicado processo formal de extradição.

Tornar-se-á cada vez mais difícil para os terroristas aproveitar-se dos diferentes parâmetros legais na Europa, procurando os Estados com legislação mais permissiva.

No seguimento dos ataques contra os Estados Unidos, a Força de Polícia Europeia (EUROPOL) reforçou os seus poderes de combate ao terrorismo. A EUROPOL foi estabelecida nos anos 90 como um centro de recolha, análise e divulgação da informação. Desempenhou mais o papel de um centro de coordenação (uma vez que se limitava a fornecer assistência aos seus membros) do que de quartel-general operacional porque não podia agir de forma independente. A EUROPOL não pode conduzir as suas próprias investigações, empreender buscas ou deter suspeitos. Opera através de uma rede de agentes de ligação destacados pelas suas instituições nacionais que continuam, por isso, sujeitos às respectivas leis nacionais.

Depois dos ataques de 11 de Setembro, a EUROPOL estabeleceu um centro de crises para coordenar e partilhar as informações relativas a ataques terroristas. Criou igualmente um “Grupo de Missão contra o Terrorismo” para analisar e avaliar as ameaças. Nos meses que se seguiram, a EUROPOL adquiriu a competência de pedir às forças policiais que iniciem investigações e que partilhem as informações com a INTERPOL, com os Estados Unidos e outros Estados ou entidades. No entanto, ainda não ficou provado até que ponto essas medidas servirão para aumentar a autoridade da EUROPOL sobre os seus membros. A EUROPOL pode pedir aos seus membros para lançar investigações, mas não lhes pode exigir que o façam. Pelo contrário, terá de confiar nos esforços individuais dos seus membros.

As capacidades actuais da EUROPOL continuam limitadas a um papel de coordenação, em grande parte porque os seus membros discordam da sua própria finalidade e alcance. Além disso, as forças policiais da UE geralmente encaram a EUROPOL com certas suspeição, acreditando que esta interfere com a sua autoridade e autonomia.

Os ataques do 11 de Setembro confirmaram a utilidade de uma nova organização chamada EUROJUST. Criada em 1999, o EUROJUST reúne procuradores e magistrados de toda a UE, permitindo-lhes coordenar as investigações, trocar informações sobre assuntos penais e fornecer assistência legal mútua nos casos que envolvem pelo menos dois Estados-Membros.

A UE adoptou o “Plano de Acção para Combater o Terrorismo 2001” (e o “Roteiro” – *Roadmap* – com ele relacionado), assim como uma série de outras iniciativas importantes. Os atentados nas estações de caminhos-de-ferro de Madrid, a 11 de Março 2004, vieram relembrar a ameaça contínua do terrorismo. Durante o Conselho Europeu da Primavera, em Março de 2004, os líderes da UE adoptaram novas medidas para colmatar as falhas de segurança e aperfeiçoar a coordenação contra o terrorismo. No seguimento dos ataques terroristas, o Conselho Europeu adoptou uma “Declaração sobre o Combate ao Terrorismo” e ordenou a preparação de um “Plano Revisto de Acção para Combater o Terrorismo”.

Este representa a estratégia da UE para combater o terrorismo, assim como um planeamento para trabalhos futuros. A nomeação de um Coordenador UE da Luta Antiterrorista (o Sr. Gjis de Vries) deverá ajudar a melhorar a coordenação e a visibilidade das acções da UE nesse campo. Ele coordenará a acção da UE no campo do terrorismo e assegurará que os

Estados-Membros cumpram o que foi acordado sob a responsabilidade do Secretário-Geral/Alto Representante, Javier Solana.

Na cimeira de Março, o Conselho da UE aprovou sete objectivos estratégicos com o objectivo de divulgar a preparação do “Plano Revisto de Acção”. Os objectivos são os seguintes:

- Desenvolver o consenso internacional em torno do terrorismo e incrementar os esforços internacionais para o seu combate;
- Reduzir o acesso dos terroristas aos recursos financeiros e económicos;
- Maximizar a capacidade dos órgãos da UE e dos Estados-Membros no detectar, investigar e processar legalmente os terroristas e prevenir os ataques terroristas;
- Proteger a segurança dos transportes internacionais e garantir a eficácia dos sistemas de controlo de fronteiras;
- Melhorar as capacidades da UE e dos Estados-Membros para lidar com as consequências de um ataque terrorista em larga escala;
- Abordar os factores que contribuem para o recrutamento das actividades terroristas e o apoio ao terrorismo;
- Dirigir acções, no quadro das relações externas da UE, em relação aos países terceiros onde as capacidades de contra-terrorismo ou o compromisso de combater o terrorismo precisam de ser reforçados.

Após o 11 de Setembro, a UE pôs em prática um programa de contra-terrorismo. Adoptou imediatamente actividades militares, financeiras, legais, policiais, de informação e de investigação, juntamente com uma campanha de prevenção para erradicar as causas do terrorismo. Contrariamente à política da Administração Bush, que se concentrou em primeiro lugar nos sintomas e manifestações do terrorismo, os Europeus apelaram a uma estratégia mais abrangente. A UE aposta num programa completo para abordar o fenómeno na sua base: as origens e motivações dos terroristas e o contexto político-social que serve de terreno de cultivo dos terroristas. A UE tem preconizado, acima de tudo, a necessidade de encontrar uma solução pacífica para o conflito israelo-palestiniano.

O terrorismo global reúne um largo consenso no mundo árabo-muçulmano porque apresenta a sua luta como um contributo para a defesa dos Palestínianos. Contudo, o esforço conjunto do Ocidente e das forças moderadas no Sul no sentido de assegurar a criação de um Estado palestíniano poderia minar as pretensões do terrorismo global. Outra área prioritária é a promoção do desenvolvimento internacional sustentado.

No entendimento da UE, o combate ao terrorismo passa pela redução da pobreza, a resolução dos conflitos e a reconstrução de governos eficientes nas zonas do mundo onde proliferam os “Estados falhados.”

Estas medidas, mesmo se não dizem directamente respeito à al-Qaeda, podem enfraquecer a sua argumentação. A violência da al-Qaeda encontra ressonância junto de uma grande parte da comunidade Islâmica que condena o Ocidente pelos problemas do mundo árabe. Há uma tomada de consciência crescente na Europa que, no combate ao terrorismo, o acento deve ser colocado no chamado “ambiente facilitador”: as condições políticas, económicas e sociais que fomentam o terrorismo. Como primeiro passo na estratégia a longo prazo da UE para lidar com todos os factores que contribuem para as actividades terroristas, a UE promoveu um estudo sobre o fenómeno do recrutamento para o terrorismo nas comunidades muçulmanas da Europa. O estudo pretende identificar os factores-chave que podem levar à radicalização, ao apoio às organizações terroristas e ao recrutamento de elementos para o terrorismo. Além disso, a UE pretende identificar iniciativas específicas que possam alargar o consenso internacional em relação à luta contra o terrorismo, envolvendo os países islâmicos de forma a apoiar os seus esforços; investindo na educação das populações e conduzindo estudos alargados sobre o recrutamento para o terrorismo em contextos específicos.

A UE fez progressos significativos nalgumas matérias: a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) deverá desenvolver um contributo para a luta contra o terrorismo, incluindo os aspectos de prevenção. No Secretariado-Geral, foi integrada uma capacidade no domínio das informações sobre todos os aspectos da ameaça terrorista. Os Chefes dos Serviços de Segurança dos Estados-Membros deverão passar a reunir-se periodicamente no âmbito do Grupo de Acção contra o Terrorismo.

A cooperação prática e operacional foi reforçada: a EUROPOL tem vindo a reforçar a sua capacidade de contra-terrorismo de uma forma mais generalizada. Têm sido tomadas algumas medidas para encorajar o fluxo de informações sobre actividades criminais e de *intelligence* operacional para a EUROPOL. A EUROPOL e o EUROJUST concluíram um acordo de cooperação. Este acordo prevê a possibilidade de trocar informações de cariz pessoal e estratégico, incluindo dados sujeitos a uma classificação de segurança. Talvez mais significativo, o acordo contém igualmente um certo número de artigos que visam directamente a coordenação de esforços. Essas cláusulas terão particular valor na investigação de casos de crime organizado. A EUROPOL e o EUROJUST são parceiros naturais em investigações que requerem a execução de detenções coordenadas em vários Estados-Membros da Europa (ou para além dela). Estes casos demonstram claramente a mais-valia de uma abordagem europeia coordenada.

Os esforços têm sido também dirigidos para a maximização da eficácia dos sistemas de informação, incluindo as novas funções do Sistema de Informação de Schengen no combate ao terrorismo. Um Sistema de Informação sobre Vistos foi adoptado no passado mês de Maio. Foram igualmente feitos progressos nas medidas relacionadas com o reforço de controlo de fronteiras e a segurança de documentos.

No entanto, o trabalho terá de avançar com urgência num certo número de áreas prioritárias. Deverão ser feitos progressos a nível legislativo, quer através da implementação ao

nível dos Estados-Membros dos instrumentos entretanto criados, quer pela adopção de outros instrumentos. Um relatório recente da Comissão concluiu que poucos Estados lhe transmitiram nos prazos previstos todos os textos relevantes. O relatório inclui legislação que obriga os Estados-Membros a incorporar o conceito de crime terrorista nos respectivos sistemas legais. Uma das áreas críticas é o da simplificação do intercâmbio de informação e *intelligence* entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nos vários Estados-Membros. Os esforços deverão igualmente ser orientados para iniciativas de troca de informações e de cooperação no que respeita aos crimes terroristas e o acesso a comunicações. A UE deve reforçar a luta contra o financiamento do terrorismo. As medidas internacionais tomadas no sentido de impedir a al-Qaeda de aceder a financiamentos não surtiram o efeito esperado, tal como reconhecido pela ONU.

A al-Qaeda tem demonstrado uma grande adaptabilidade mudando as formas de acesso ao seu financiamento. A organização precisa agora de menos dinheiro e as operações têm-se descentralizado de forma notável, o que reduz a dependência relativamente ao núcleo central da organização.

Embora já se tenha feito muito na luta contra o terrorismo, a UE ainda tem um longo percurso à sua frente. O combate ao terrorismo é especialmente difícil nos nossos dias devido à dimensão da ameaça e porque deve ser combatido em várias frentes, o que requer uma abordagem multi-dimensional.

(*) Directora do Centro de Investigação de Relações Internacionais e Ciência Política da Universidade do Minho
Membro da British Society for Middle Eastern Studies
Membro fundadora da Associação Portuguesa de Ciência Política

Prevenção e resposta às novas formas de terrorismo

Capitão-de-Mar-e-Guerra Juan Rodríguez Garat ^(*)

Chefe da Divisão de Política Naval do Estado-Maior da Marinha espanhola

Introduction

It is for me both a pleasure and an honour to address this audience on a topic so relevant for all of us as terrorism is today.

I have been asked to cover the topic of prevention and response to new forms of terrorism. And the first thing I asked myself is, why me? More exactly, because my name is not really a factor of this discussion, why a military officer? The only possible answer to this question is, precisely, my condition as military.

So, I intend to cover the topic from a military perspective. But, let's not make mistakes about it, the military perspective is just one of the diverse perspectives of the phenomenon of terrorism. And not the most important one. As NATO, after all a military organisation with some credibility, has stated in its own Military Concept for Defence Against Terrorism, military action alone will never be enough to deal with the terrorist threat, and military operations must always be coordinated with diplomatic, economic, social and legal initiatives.

Anyway, I will discuss very particularly the military aspects of the problem. And, before it is too late, I want to introduce a second caveat: nothing I may say during this lecture should be interpreted as criticising any nation or any government. I will not indulge in any moral evaluation of our policies either. I do assume that you all know that, whenever you use military force, and very particularly when you are fighting terrorism, a fight that requires winning the hearts and minds of entire groups of human beings, the moral playground is extremely important. Of course, I do have my own feelings on this topic. However, I will leave the moral judgment to you or, more precisely, to the people who chooses and changes the Governments who, in turn, decide on the use of force. I will leave to the People, in capital letters, and here represented by you, to decide what is moral and what is not. It is up to you, the People, to decide what you may or may not accept. So, I will try to present some of the relevant questions about using military force to prevent and respond to new forms of terrorism. But, please, keep in mind that it is you, the People, who must make the decisions. Very difficult decisions, as you are aware.

The Threat

Let me first address the threat. And, believe me, this is not an easy task. I am sure that all of you realize that one of the first problems you find in fighting international terrorism is the very definition of the phenomenon. What is terrorism and what is not? I will give you the NATO official definition: terrorism is “the unlawful use or threatened use of force or violence

against individuals or property in an attempt to coerce or intimidate governments or societies to achieve political, religious or ideological objectives”.

However, there are other definitions, with subtle but important differences. Quite unfortunately, our own Governments have not always agreed on this question, and what some of us might have perceived as terrorism was legitimate pursue of political interests for others. This is, perhaps, the first and most important of the decisions that you, the People as I said before, must take: You all have to make clear that terrorism is not an acceptable form of warfare for any cause, for any reason. As stated in UN resolution 1373, “... acts, methods and practices of terrorism are contrary to the purposes and principles of the United Nations”. Even when their aim might be favourable to our national interests. Even when terrorism is used for self-defence purposes. And this clear rejection of terrorism as a tool, under all circumstances, has not always been the case in the past.

I am supposed to lecture you on the new forms of terrorism. We all know that terrorism, as a tactic used to achieve predetermined goals, is not new. It is a form of extreme violence that has been used for centuries. And it has been exploited by states, organised groups and individuals during peace, conflict and war. What is new is that present day terrorists have been able to adapt to the new global scenario, take advantage of it, and like a mutating virus, increase their reach and lethality. Reach and lethality are, therefore, the main characteristics of this new terrorism. It has global reach in so far as it uses the facilities of our modern interconnected world like Internet, cell phones, air travel and so on to impose no geographical limits to its action. It also has an enormous potential to inflict pain to our societies. But let me try to expand a little more in the distinctive features of the new forms of terrorism.

First, the WHO. For many among us, terrorism used to be a domestic issue. At most, the terrorist groups in our countries might have found some international support by similar groups elsewhere or by governments seeking to de-stabilise ours. This is no longer the case. We are fighting now an international net of terror, which has very limited Government support. After the Talibans were ousted from Afghanistan, state sponsorship of terrorism is in decline. The lesson that Operation Enduring Freedom gave to other candidate regimes cannot be underestimated, and NATO Military Concept for Defence Against Terrorism recognises this fact when analysing the present threat. So, the threat now is posed by a network of loosely coordinated international organisations, who may still have safe havens and training grounds in weak or failed states, but who are far more difficult to locate, identify and target as they are not overtly based on any given country.

Second, the WHAT. In this respect, terrorism has not changed much: it is still a deliberate intent to inflict damage to civilian societies in order to achieve political objectives. Yet, the last years have shown that terrorist attacks are increasingly indiscriminate. Today, no nation, no community, no group of people may think that they are safe from this global threat. It does not matter much if you work in New York, or travel through Madrid or attend school at any of the Russian republics. Not even kids are free from the threat, and this fact makes prevention of

terrorism much harder. As the number of possible objectives becomes almost infinite, no nation can protect them all, and this fact must lead us to new, more proactive ways of preventing terrorism.

Third, the HOW. No matter how varied the terrorist attacks might be, there is a perception that international terrorism relies, more and more often, on suicide attacks. This fact, together with the global nature of the threat, makes deterrence –so far one the most valued role of the Armed Forces- much more difficult than it used to be. Indeed, how can you deter a terrorist willing to commit suicide?

And the fourth characteristic of the new threat may well be the MEANS. The means that terrorists use to coordinate their actions or inflict damage are increasingly sophisticated. And this could get worse. According to NATO official estimates, although the predominant form of terrorist attack remains the so called “creative” use of conventional weapons and explosives, terrorist groups are expected to strive for the most destructive means available, including weapons of mass destruction. I will not dismiss what terrorist have done so far. They have forced us to change part of the culture, the laws and the traditions that make our societies so attractive and, unfortunately, so vulnerable. However, this might be almost nothing compared to what terrorist groups could do should they ever gain access to nuclear weapons. The challenges we would have to face if this ever happened have the potential to change the very foundations of our societies.

A Military Perspective

So, this is the new threat. We do have a difficult problem ahead. Let’s face it from a military perspective.

Terrorism is, from a dispassionate point of view that no one should really hold and I am not really proposing, a lower form of warfare. In some respects, it is the very strength of our military forces that establishes one of the many conditions that bring terrorism to our societies. If we were not able to defend our national interests so effectively, we would surely be defeated by more aggressive actors of the international scenario, and terrorism would then become unnecessary. Were not for our military superiority, those who presently resort to terrorism would have launched a campaign of wider insurgency or, if strong enough to challenge our forces, would have committed themselves to open war.

So, the scourge of international terrorism is, in itself, a proof of our military success. Terrible as it is, suffering terrorism is better than losing a war. Not that this fact is going to serve as consolation for the families of those assassinated in New York or Madrid, but we must take into consideration that terrorism rarely achieves anything by itself. The only hope that terrorist organisations may have for the success of their causes lies in being able to degrade the security environment up to an extent where they may resort to more effective forms of warfare. This is something that the Armed Forces are indeed able to prevent. And this is something that must be

said, as otherwise our societies would not fully understand the role of the Armed Forces in the present international scenario.

Because, on the other hand, it is true that we, the military, are not the most effective tool to combat terrorism itself. Neither its causes, which require mostly political initiatives, nor its symptoms, for which I mean the terrorist actions themselves, which are usually dealt with by the Police forces. Indeed, the very reason why terrorist do what they do is because our military force is not well suited for this type of war.

But let me emphasise that this does not mean that military force is irrelevant today. We should realize that, terrible as they are, terrorist attacks are just one of the many possible manifestations of a conflict between two separate forms of conceiving society. One of them, democratic and ruled by laws that promote liberties and human rights. The other, no matter whether it is based on religious or ideological grounds, totalitarian and with no respect for human life. They attack us on our vulnerable side, and indeed benefit from our own laws, which are at the same time our most valuable strength and our most critical weakness in this unconventional war. Because this is a war, indeed, and at the very least, our military power will ensure that we will never lose this war.

So we must remain confident that we are in the winning side. Thanks, among other things, to our military power. If you believe so, you must agree that military force is still relevant in the war against international terrorism. But you still have the right to ask an important question: besides guaranteeing final victory, and while this final victory inevitably happens –and this may take longer than we would like- what else can the Armed Forces do for you?

Shaping the International Scenario

Believe me that we can do a lot of things. Or we can do nothing. It is up to you, the People. So let's start with an old principle, already formulated by Clausewitz: military force is a tool of policy. Therefore, upon your decision and according to the strategies defined by the governments you elect, we can contribute to shape the international scenario to prevent the appearance of terrorist groups –a peaceful, democratic world would indeed make very difficult the life of these groups- or at the very least, we can contribute to create more favourable conditions to fight against terrorism.

First of all, we can definitely impede state sponsored terrorism. That is what operation Enduring Freedom achieved in Afghanistan. And this is a task which falls within any reasonable view of the use of military force. For this task, we need efficient armed forces, able to win wars quite far from our national territories, and we need the will to use them. Both are difficult pre-requisites that, when achieved, will deter any nation from openly sponsoring terrorism and will render war itself unnecessary. But what you, the People, must know is that it is you who have to achieve both of these goals. You have, first, to pay for the forces required. And you have to be

able to commit them, endorsing a doctrine for the use of military force that may meet the needs of these difficult days.

Let me deal first with the forces. Waging a war far away from home but real close to the public scrutiny, as wars are today thanks to the power of the media; waging a war restrained by strict rules of engagement which are required to win the hearts and minds of the civilian population, because otherwise you may win the war but lose the peace afterwards; waging a war having to prevent collateral damage while, simultaneously, avoiding the risk of any operational setback; this is no easy task. The value of our most favourable asset, the technological edge, will be undermined to an enormous extent by the use of asymmetric tactics of all kinds. And let me tell you that we might consider these asymmetric tactics as something close to terrorism in the battlefield, something very difficult to prevent. To win this kind of war we need an enormous military superiority, which is rather expensive to achieve. Both NATO and the European Union have made very clear that we lack some critical capabilities, and thus need to make a greater effort in this field. But, are you, the People, willing to pay for it? So far, let me tell you that you are not.

And, even if you do acquire the necessary forces, do you have the will to use them? Few cases will be as clear as Afghanistan, when not even the Taliban seriously denied the charges of supporting the Al Qaida network, and when not only NATO, acting under Article 5 of the Washington Treaty, but practically all nations supported the US. What if any state sponsors terrorism in a less open way and, therefore, the evidences of state support are less apparent? Will you, the People, support military action then?

Let's think of the most critical threat. Proliferation. We can enforce it through military action. But, would you enforce non-proliferation at an early stage or will rather wait until weapons of mass destruction have been produced? Will you wait until they are handed over to a terrorist organisation? Will you wait until they are used? Or will you risk mistakes and errors of judgement if you act before?

What about preventive war? Will you support it? From a military perspective, preventive war makes sense. A lot of sense, I would say. But there are other perspectives. Politicians all round the world are still discussing whether this is acceptable or not. You will certainly have your own views, but bringing preventive war into legitimacy is very likely to require a whole review of the UN Charter and, very particularly, new rules for the Security Council. Do you want this review? Are you willing to accept that other nations claim to have the right to wage preventive war? Otherwise, are you willing to enforce that it is only us?

Let's assume that you decide to commit forces. You know that there are rules for that. Military forces are not a fancy toy. Studies after Vietnam showed that there are pre-requisites for their success. And, though the world has changed much, and no one wishes now to remember Vietnam, the pre-requisites still exist. Military forces need a clear aim, and they need achievable military tasks. Not mere wishes, no matter how well intentioned. They need the support of their public opinion. They need rules of engagement that make military sense, and

that allow for a sound level of Force Protection. These rules of engagement will balance the risks to our forces and to the civilian population. But the risks will persist and, almost certainly, there will be losses on both sides.

Even more difficult to achieve, military forces need a certain degree of action, particularly in a kind of war that demands quick decisions to grasp any tactical opportunities. Will you, the People, grant your generals such freedom of action? There are going to be mistakes. There will be wrong decisions, mostly because of intelligence failures. There will be blue on blue incidents. Are you, the People, willing to assume these mistakes as yours? There will also be cases of misconduct. People do not always realize that Armies are composed of men and women. You may decide to impose restrictive rules of engagement. But, among thousand of soldiers in the field, some of them are bound to be incompetent, or will not understand their role, or will not want to abide by the rules. Do you accept these risks?

I am afraid that I am giving you more questions than answers. But this is exactly what I intend to do. Using military force brings difficult questions, and I would like to make clear that it is you, the People, who must provide the answers to all these questions. And not me.

Let's come to a second, less aggressive role that the Armed Forces can also perform in shaping the international scenario: that of helping create a more stable world. We certainly can help weak states or states about to fail to regain control of their territory, removing the prospects that they could provide safe haven to terrorist organisations or just become breeding grounds for terrorism. Again, even though we have the military capability, it is you, the People, who decide whether we do this or not. So far, your decision is not always encouraging.

It is true that the Armed Forces of all of our countries are now involved in a number of peace support operations, and this will surely prevent the appearance of terrorism in some areas of the world. Our continued presence in the Balkans is probably the best example ever of preventing terrorism through the use of military force. And we are proud of it. But you are aware that we are not always that generous: the force generation process to support the transition to democracy of Afghanistan is critically short. And the list of states which deserve our attentions is large. Will you send your people to all of them? Will you do it in time, and, when you talk of preventing terrorism, in time means well before the need becomes evident? Will you accept open ended commitments with no certainty of success in different areas of the world? Will you pay for the deployments? Will you accept the criticism of the so called pacifist movements?

In summary, military forces can certainly help promote a more benign security scenario, making things more difficult for terrorism. But this will not come at no cost –and I am not talking only about money- and it is up to the Governments you elect to judge whether it is worth trying or not.

Counter Terrorism

Let's move now from our initial attempt to shape the international scenario to an area closer to the heart of this lecture. Let's assume that we have not been able to prevent terrorist organisations to grow, and now we have to confront terrorism directly. In fact, this assumption happens to reflect the present situation.

NATO's Military Concept for Defence Against Terrorism, which I will use as a conceptual reference, identifies four roles for the Armed Forces. Those roles are Counter Terrorism, Anti Terrorism, Consequence Management and Military Cooperation

First of all, let's discuss Counter Terrorism, which NATO defines as the offensive military actions designed to reduce terrorists' capabilities. These actions are intended on the basis that terrorists should not be allowed to train, plan or execute their actions, and that, once they are identified, it is justified to use military force against them or against those who harbour them.

Few would argue against this view. However, for counter terrorism to be effective, the Concept identifies a number of essential capabilities, among which we should highlight, first of all, effective intelligence. This is something we certainly do not have. You are surely aware, as well as I am, of the long list of intelligence failures in the last few years. Unfortunately, it is impressive. And, even more unfortunately, there is not a clear way out of this problem. I do think that military organisations, shaped for the requirements of the Cold War, have relied a bit too much on technology to gather intelligence. But, in the interconnected world of today, terrorists are elusive targets, and our intelligence agencies, limited in resources and people, and restrained by the laws that protect our very freedom, are almost powerless.

Of course, it is true that a more fluent and open relationship among the intelligence services –be they military or civilian- of all allied and partner nations, may help reduce the difficulties. The UN itself has asked for a more open exchange of information about terrorism in resolution 1373. But we should not expect miracles. Quite unfortunately, there will be occasions where there will be nothing to share. Thus, in the foreseeable future, terrorists will continue to surprise us from time to time.

The Concept stresses also the need for increased deplorability and readiness as, whenever it is known where terrorists are and what they intend to do, military forces will have to react fast, and will have to deploy and engage the enemy at a very short notice. Furthermore, deployed forces need to be able to engage their targets effectively, at ranges where they may remain reasonably safe, and reducing the risk of collateral damage. For this, we need a sufficient number of precision-guided weapons.

Finally, Counter Terrorism requires procedures and systems that support accelerated decision cycles, in order to be able to attack time sensitive targets. Most of these requirements are technical, and can be achieved. However, Counter Terrorism will only be as effective as the intelligence that supports it. And so far, the results of the combination are hardly encouraging.

Anti Terrorism

Let's move now to the second role of the Armed Forces. That of Anti Terrorism, a concept that NATO defines as the use of defensive measures to reduce the vulnerability of forces, individuals and property to terrorism.

Anti Terrorism is, primarily, a national responsibility, and each nation has a different perspective. However, within most NATO nations, civil authorities such as the Police and the Interior Ministry, supported by civil agencies such as Customs or Immigration, are primarily tasked for Anti Terrorism, while military forces have a subordinate, more or less developed role, in support of these authorities and agencies.

In many cases, and Spain is a good example I happen to know well, the role of the Armed Forces in Anti Terrorism is neither clear nor formally established. The reason probably lies in History, as in many of our nations, terrorism has been in the past a domestic phenomenon, while the Armed Forces were tasked only with the defence of the homeland against external attacks. International terrorism and, very particularly, its possible connections with domestic groups, may lead to a much needed review of these roles, but this has not yet happened.

NATO's Military Concept for the Defence Against Terrorism calls for the harmonisation of the procedures used by military and civil authorities within nations in order to maximise the effectiveness of our efforts in the field of Anti Terrorism. And this is an important call. Because it is much what we are missing if we do not commit all the resources of the state to defeat terrorism. And the Armed Forces are a valuable tool for quite a few of the scenarios. Let's see then what we can do to support Anti Terrorism.

First of all, Armed Forces can provide both preventive surveillance and deterrence by their very presence. Warships are the logical choice to achieve the measure of sea control required to prevent terrorists from benefiting from the freedom of the seas for their own purposes. Soldiers ashore can provide protection to critical areas, freeing Police forces for other duties. A good combination of efforts is essential to achieve a greater efficiency in the use of the resources we have, always scarce for the many needs.

Secondly, international borders and the related division of responsibilities present vulnerabilities for terrorists to exploit. A multinational effort may be required to safeguard certain areas, and the Armed Forces have more experience and are better equipped for international collaboration than other security forces.

Thirdly, and may be more important, military units have the capability to support Police forces whenever the threat exceeds the fighting ability of the Police. Remember that we are talking about determined, well funded, well armed and well trained terrorists who can easily defeat conventional Police units in certain scenarios. The sea is one of them. As a naval officer, I would not like to live a situation where a Police or custom patrol boat was defeated and sunk by a better equipped terrorist boat, using sophisticated portable weapons. Our public opinion, and I mean you, the People, will certainly have the right to ask: where was the Navy?

Fourthly, terrorists may resort to threats that simply belong to the area of expertise of the Armed Forces. As an example, weapons of mass destruction, the most critical of all threats when in the hands of terrorist groups, is one for which most civilian agencies have not been trained or equipped. Similarly, terrorists might try weapons or tactics for which the Armed Forces, and not the Police, are directly responsible. Ballistic Missile Defence, whether it is used in a conventional environment or under the threat of terrorism, is, of course, a responsibility of the Armed Forces. Or tackling renegade aircraft. Or, for maritime forces –and remember I am a sailor, and this is the only environment I am entitled to discuss with full professional knowledge- the use of Mine Counter Measures.

Last, but no least, we may have to carry out Anti Terrorist measures where no Police force has legal status or jurisdiction. The high seas, for example, where terrorism against our merchant shipping remains a thrilling possibility. Or the territory of a failed state, where no civil agency is readily available. Let's call this expeditionary law and order. In these areas, military force remains the only viable alternative, and governments will have to resort to it.

In summary, the role of the Armed Forces in Anti Terrorism is relevant, is important and may be vital in some critical areas. Yet, it is severely restrained by laws developed for different situations. It is, therefore, worth trying to develop a legal status that allows for a more flexible, more co-ordinated use of military force in the domestic side of the fight against international terrorism. I know that this might be controversial in certain countries, where the Armed Forces have constitutional limitations to act as such within the national borders. But I do think that this is something that you, the People, should consider very carefully and, if deemed necessary, should not hesitate to demand from your respective legislators.

Consequence Management

Let's move now to a less controversial role, Consequence Management, a technical jargon for the measures required to mitigate the destructive effects of terrorism once the attack has been carried out. As was the case of Anti Terrorism, this is again a purely national responsibility, discharged through civil authorities.

Yet, the resources of the Armed Forces, the most important of which is their people, well organised, expertly led and trained to react in emergencies of different natures, can make a difference under the confuse situations that terrorism creates. All these resources should, therefore, be used when necessary to help reduce the damage inflicted by terrorist actions.

Military Co-operation

Finally, I will discuss Military Co-operation. As I said before, it is commonly agreed that military action alone will never suffice to deal with terrorism. As NATO Concept for Defence Against Terrorism highlights, military operations should be co-ordinated and implemented in a coherent manner with diplomatic, economic, social, legal and information initiatives. Co-operative programmes with our partners in the Partnership for Peace initiative,, with Russia and

Ukraine, and with the countries involved in the Mediterranean Dialogue will certainly facilitate co-ordination outside the Alliance.

Force Protection

Having dealt with all four military roles in the fight against terrorism from the perspective of the Atlantic Alliance, I should mention also the problem of Force Protection, as a fundamental part of any plan aimed at defending against terrorism. Force protection comprises a full range of measures designed to defend own forces from any asymmetric attack. As such, effective Force Protection is a pre-requisite for any military action. But some of the measures that could be required are rather controversial in their nature, as they could endanger innocent people or, at the very least, can promote distrust. A balance must be achieved, which is critical in crisis situations, where Force Protection reactive measures might be used to initiate a violent conflict, but also in peace time.

Let me tell you a practical example. As a Naval Officer I am familiar with the problem posed by port visits intended to show the flag and to promote good will in some difficult areas of the world. There are occasions when the security situation is such that Force Protection measures fully prevent achieving the main goals of the visit. It does not make much sense trying to promote good will among people when you have to aim at them with your weapons.

A practical view. What is everyone doing?

I have already covered all the roles of the Armed Forces in the war against terrorism. I have also given you my feelings about our chances of success and about many of the undesired effects caused by each of the military measures that can be taken against terrorism. Let me, therefore, move now to what the main actors in the security arena are doing in this particular area.

You know well that terrorism has been a concern for the international community since 1937, when the League of Nations elaborated the Convention for the Prevention and Punishment of Terrorism.

As a response to the terrorist attacks of September 11th, the UN Security Council adopted Resolution 1373, which encourages all Member States to increase co-operation to combat terrorism. This same Resolution established the Counter-Terrorism Committee to promote collective action against international terrorism. However, there are limits to what the UN can do that you know as well as I do.

As for the European Union, the European Council met in extraordinary session on 21 September 2001 and declared that the fight against terrorism would, more than ever, be a priority objective of the European Union. Since then, European authorities have taken a range of measures to enhance co-operation in many of the areas that any coherent strategy to combat terrorism should cover, such as exchange of information, Police and Justice collaboration, conflict prevention and dialogue with third countries.

Recently the European Union published its overall security strategy, in which Terrorism and the Proliferation of Weapons of Mass Destruction are considered the most important new threats. From the military point of view, it is interesting to highlight several innovative elements of strategic doctrine. First of all, the acceptance of the fact that, with the new threats, the first line of defence will often be abroad. With this, the European Union joins NATO in assuming an expeditionary military strategy. And secondly, that we should stand ready to act before the crisis develops. The very mention to preventive military action may be the most widely discussed innovation of the document. Yet, the European Union has yet to publish a Military Concept to combat terrorism. A step that NATO has completed almost two years ago.

Concerning NATO, the Alliance's Strategic Concept of 1999 also considers Terrorism and the Proliferation of Weapons of Mass Destruction as relevant risks to our security. At the Ministerial meeting of the North Atlantic Council held in Brussels in December 2001, NATO reiterated its determination to combat the threat of terrorism for as long as necessary. But it was the Prague Summit of November 2002 the turning point in the transformation of NATO to adapt to the new strategic scenario.

In Prague, NATO approved MC 472, the Military Concept for Defence Against Terrorism that I have mentioned several times before, confirming the Alliance willingness to act against terrorist attacks.

In the same summit, NATO Response Force was created. This is intended to become a highly effective force, ready to react at five days notice, and designed to carry out the full range of military missions, including Counter Terrorism.

Finally, NATO nations also agreed on the Prague Capabilities Commitment, an effort to improve and develop, among others, the military capabilities required to combat terrorism effectively.

NATO Concept for the Defence against Terrorism has been developed under a series of principles that I should mention here. First of all, NATO's actions should have a sound legal basis and fully conform to the relevant provisions of the UN Charter and all relevant international agreements. Secondly, NATO's actions should help deter, defend, disrupt and protect against terrorist attacks or the threat of such attacks directed from abroad against populations, territory, infrastructure and forces of any NATO member state, including, and this is an important part of NATO doctrine, by acting against these terrorists and those who harbour them. Thirdly, NATO is willing to act, on a case by case basis and if requested, in support of the international community's efforts against terrorism. Fourth, NATO is willing to provide assistance to national authorities in dealing with the consequences of terrorist attacks, particularly when such attacks involve the use of chemical, biological, radiological and nuclear weapons. Last, but most importantly, NATO will stand ready to deploy when and where required, to deter terrorist attacks or prevent their occurrence rather than deal with their consequences.

MC 472 is a coherent document, and a step ahead in the fight against terrorism. But approval of NATO Concept for the Defence against Terrorism is not the end of the story. On the contrary, it is the starting point for many new, and much required, initiatives. The Concept itself identifies some of the steps that should be taken to achieve an effective fighting doctrine against the terrorist threat.

These include the identification of our vulnerabilities and decisions on how to protect them properly. The development of an international strategy to combat terrorism. Development of effective arrangements to provide support to the relevant civil authorities.

Development of faster and more responsive command and control arrangements. And last, but not least, development of policies to meet the threat posed by possible terrorist use of Weapons of Mass Destruction. As you know well, disarmament, arms control and non-proliferation can make an essential contribution to the fight against terrorism.

You are certainly aware that, despite this conceptual effort, NATO has been criticised for its limited ability to adapt to the present scenario. I will not stand for NATO on this topic, but I am sure you realise that the Alliance has a difficult task trying to get the most of its capabilities, despite the many legal and political limitations that every sovereign nation has. Limitations that, in the end, depend on you, the People of NATO countries. So, rather than blaming NATO, we should blame ourselves.

Besides, during the last few years there have been some practical achievements. From September 11th, NATO has been involved in Operation Active Endeavour, monitoring Mediterranean lines of communications to prevent terrorist attacks on high value ships, particularly through the Strait of Gibraltar, and to impede the transit of personnel or material related to terrorism. NATO is also leading the International Security Assistance Force in Afghanistan.

NATO early warning aircraft have been used to provide surveillance in many important events in the last years. Furthermore, NATO stands ready to provide support to national authorities for the protection of civilian populations against the effects of any terrorist attacks using weapons of mass destruction. This support was offered to Greece for the Olympic Games.

So we have been combating terrorism together for years now. How successfully? No one knows for sure. The only disadvantage of prevention and deterrence is that you never know the measure of your success.

Conclusions

Ladies and gentlemen, let me conclude. Since I am overtly optimistic, I think that I have covered most perspectives of the use of military force to prevent and respond to new, as well as old, forms of terrorism. But, before taking your questions, let me summarise some of the critical points.

In order to prevent terrorism, it is more efficient to eliminate its causes than to fight its symptoms, very difficult to deal with.

Eradicating terrorism is, primarily, a political task. Tackling terrorists while this plague is eradicated is, primarily, a responsibility of civil agencies, such as the Police. You may use military force to support both, but we perform better supporting the political objective of stabilising the world than directly combating terrorism shoulder to shoulder with the Police.

We all should remember that terrorism exists because military force is not very effective to combat it. Armed Forces are limited by training, equipment, methods and, more importantly, by the laws protecting the very same freedom that we have the responsibility to defend.

Engaging military forces in the war against terrorism poses, therefore, many problems. The most critical one is that of gathering timely intelligence. Know your enemy and know yourself and you will not be defeated in a thousand battles, said Sun Tzu. Conversely, if you do not know where or when to act, if you do not know exactly who is your target, there is little that military force can do for you.

Besides intelligence, there are other legal, ethical and practical problems that you, the People, have to deal with if you really wish to use military force to combat terrorism. I have touched some of them in this lecture, but I have just hinted at the questions, not the answers that lie well beyond my responsibilities.

We can overcome some, or indeed many of these limitations. But, it is this what you, the People, want? And, to what extent? Military force cannot ensure success. Even if it does cope with the symptoms in the short term, no one can guarantee that it will not create causes for the future. And even if military force could achieve a complete success, both in the short and in the long term, I am sure that you all agree that militarising a country to combat terrorism is going a bit too far, and in a sense would be a victory of terrorism against freedom.

So, military force is there, and it has capabilities and limitations. I hope I may have contributed to your being able to understand both of them a little better. But now, as ever, it is up to you, the People, when and how it should be used. Think about it carefully and, very especially, think of it well in advance and then tell the forces what you require from them with plenty of time to prepare. Having been in the Navy for the last thirty years, I know well that we are not particularly quick at adapting to new requirements. And I have been told that the Army is even worse.

Thank you very much for your attention and, again, it is up to you how we are going to pursue any of these topics in the follow on debate.

But, above all, it is up to you how we – our nations – are going to pursue these topics in the real world.

(* ex-professor do Naval War College
Auditor of Royal Naval Staff College (UK)

A União Europeia – solidariedade na diversidade Portugal Europeu e Atlântico

Prof. Doutor Ernâni Lopes (*)

Presidente do Conselho de Administração
da Portugal Telecom

(Síntese)

Considerando que as mudanças geopolíticas operadas nas últimas décadas determinaram alterações estruturais nas condições de funcionamento das sociedades europeias, o Professor Doutor Ernâni Lopes sublinhou a importância crucial da segurança para a União Europeia face às ameaças emergentes, de entre as quais o terrorismo ocupa lugar de evidência.

O autor elegeu os problemas demográficos e a globalização competitiva como as principais preocupações do futuro, a exigirem uma forte solidariedade entre todos os interessados. Considerou fundamental a preservação e o fortalecimento das relações com os Estados Unidos da América, dos quais haverá a esperar uma valiosa contribuição para o esforço internacional de manutenção da paz e de reconstrução nacional.

Lembrou, por outro lado, a crescente importância da evolução do Norte de África, onde o crescimento demográfico, o subdesenvolvimento económico e o radicalismo religioso originam fortes pressões sobre a Europa, que só uma prudente política de assistência económica e social permitirá esbater. Salientou ainda o grande desígnio que a África sub-sahariana pode constituir para a Europa, não apenas pela sua responsabilidade moral e histórica naquela zona, mas também pelas oportunidades de desenvolvimento de um continente que tem sido encarado injustamente com um “continente perdido”.

Para o Professor Ernâni Lopes a chave do sucesso da Europa passa pela cooperação e desenvolvimento, designadamente nas áreas económica, política, social e empresarial. Neste âmbito Portugal detém um importante valor acrescentado, mercê da difusão da sua língua, da sua capacidade de adaptação a outras culturas e do seu tradicional espírito humanista. A este propósito teceu algumas considerações sobre o papel que Portugal poderia desempenhar e aflorou uma possível estratégia para o seu desenvolvimento.

(Texto do EuroDefense-Portugal)

(*) Representante do Governo Português na Convenção Europeia

Um conceito estratégico para a União Europeia

TGen Abel Cabral Couto (*)

EuroDefense-Portugal

(Síntese)

Na sua exposição foram abordados sucessivamente os seguintes pontos:

1. Objectivos e Interesses Comuns da UE

Foram apontados os seguintes:

- a. Contribuir para uma Ordem Internacional (OI) baseada nos valores da democracia, do Estado de Direito e nos direitos humanos;
- b. Contribuir para a estabilidade política e para o progresso político, económico e social, bem como para a não proliferação de ADM e de vectores de longo alcance, nas regiões envolventes da UE;
- c. Preservar a liberdade de acesso a , e a liberdade de comércio de matérias primas essenciais;
- d. Reforçar a coesão política e social no espaço da UE;
- e. Prevenir, combater e neutralizar quaisquer ameaças à UE como espaço de liberdade, de segurança e de progresso.

2. Principais Tendências da Evolução Mundial

Contribuem para uma perspectiva sobre o futuro, tendo sido destacadas:

- a. A viragem civilizacional, com a passagem duma sociedade industrial a uma sociedade internacional;
- b. O crescimento demográfico (explosivo) em vastas regiões do globo, bem como a estagnação ou decadência demográfica nas áreas mais desenvolvidas;
- c. O crescente alargamento das regiões desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, com realce para a China, Índia e, dum modo geral, o SE Asiático e a América Latina;
- d. A progressiva passagem da actual unipolaridade estratégica a uma situação de multipolaridade, com 3 a 5 superpotências;
- e. A paulatina mas progressiva expansão a camadas crescentes da população do globo das concepções sobre a liberdade, a dignidade da pessoa humana e os consequentes direitos do homem.

3. Principais Desafios e Ameaças à UE

Foram realçadas as seguintes:

- a. A questão da identidade europeia, visto que não há estratégia sem uma clara percepção de quem são os “Outros”, do que decorre a urgente necessidade de uma definição e assunção dos limites teóricos da UE, coerentes com aquela identidade;
- b. O problema demográfico, resultante de uma natalidade decrescente ou estagnada, associado a uma população de maior longevidade e, portanto, crescentemente envelhecida;
- c. As carências em matérias primas essenciais, entre as quais as de natureza energética;
- d. A emergência, a prazo, de novas superpotências;
- e. A existência de um “arco de crise” envolvendo a UE, por Sul e Leste, e de situações de grave conflitualidade em áreas vizinhas ou relativamente próximas e de elevada importância estratégica;
- f. O risco de proliferação de ADM em regiões próximas;
- g. O terrorismo internacional, com células fortemente implantadas na UE;
- h. O crime organizado com relevância para o relacionado com o narcotráfico, o tráfico de pessoas e de armamentos, explosivos e outros agentes letais;
- i. A imigração clandestina e descontrolada;
- j. Em consequência da situação demográfica, o risco de desenvolvimento de fenómenos significativos de xenofobia e raciais;
- k. O risco de grandes catástrofes naturais, entre as quais as relacionadas com grandes incêndios florestais, cheias, tremores de terra e acidentes em centrais nucleares;
- l. A instabilidade política e social em vastas áreas do globo, decorrentes do subdesenvolvimento, de fracturas étnicas e religiosas e de “Estados falhados”, particularmente em África.

4. Uma Análise Sucinta das Principais Potencialidades e Vulnerabilidades, Instrumentos e Possíveis Modalidades de Acção da UE, para fazer face aos desafios e ameaças, acima referidos.

Foi abordada com especial relevância a problemática das dimensões “militares”, “policial” e da “protecção civil” e da prioridade que deve ser concedida à “segurança interna” de cada Estado Membro.

5. Finalmente foram retiradas **CONCLUSÕES**, destacando-se entre aquelas:

- a. O risco de situações de grave conflitualidade, à escala mundial, em consequência da provável modificação da polaridade;

- b. O risco de eclosão de várias guerras civis e de conflitos larvares de longa duração, em consequência da instabilidade em vastas regiões, de tensões culturais e de movimentos de fragmentação;
- c. A “democratização” e “feudalização” da violência, devido à facilidade de acesso a tecnologias de elevada letalidade ao serviço de organizações politicamente radicais e extremistas ou de organizações criminosas, com o consequente desenvolvimento de um clima de insegurança generalizada e de conflitos não-clausewitzianos;
- d. A necessidade de preservar e consolidar a NATO e de, no seio desta, se estabelecer uma correcta divisão do trabalho estratégico entre o pilar americano e o pilar europeu, com reflexos na composição dos sistemas de forças de cada pilar, bem como de se reforçar a coesão estratégica no seio da UE, especialmente através duma racionalidade dos sistemas de forças e da logística de produção, do aperfeiçoamento dos sistemas de informação, de vigilância e de reconhecimento e do reforço da cooperação nos domínios militar, policial e da protecção civil.

(*) Vice-Presidente do Conselho Geral do
EuroDefense-Portugal
ex-Director do Instituto da Defesa Nacional
ex-Professor Convidado da Universidade
Técnica de Lisboa

Perspectivas das relações transatlânticas no quadro da nova Constituição e do alargamento

Prof. Doutor Holger Mey (*)

Vice-Presidente EuroDefense-Alemanha

(Síntese)

Holger Mey dissertou sobre o tema “Perspectivas das relações transatlânticas no quadro da nova Constituição e do alargamento” e destacou o papel da cooperação e da competição nas relações transatlânticas para “ultrapassar a nova configuração mundial com a democratização das ameaças e a proliferação de tecnologias que dão a 10 “hackers” o mesmo poder que mil tanques de guerra”.

“O Ocidente adora intervir. Sempre o fizemos e continuamos a fazer”, disse Holger Mey, ao explicar esta tendência histórica: “A diferença é que agora a justificação é outra: motivos humanitários. Mas, ao fim e ao cabo, intervimos na mesma!”

(Texto do EuroDefense-Portugal)

(*) Vice-Presidente para o Mercado e
Coordenação de Clientes
Germany Defence and Security Systems

Capacidades militares da União Europeia – Organização das forças

General Luís Valença Pinto (*)

Chefe do Estado-Maior do Exército

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite que me foi formulado e manifestar o prazer que tenho em participar nesta iniciativa. Espero que a minha intervenção possa ter algum sentido para os participantes.

Naturalmente que me sinto em casa e que o Exército e a Academia Militar têm muito gosto em apoiar este tipo de iniciativas.

Nesta intervenção falarei a título inteiramente pessoal. Não sou a voz oficial do Exército ou do Ministério da Defesa Nacional, mas é um facto que detenho as responsabilidades que são conhecidas.

Quando fui contactado para fazer esta conferência foi-me solicitado que fizesse uma análise das missões perspectiváveis para a União Europeia, dos meios necessários para as executar e dos condicionamentos ao nível dos Governos e dos países membros da UE.

Não desejo repetir intervenções anteriores, no entanto compreender-se-á que necessite de fundamentar os pontos de vista que apresentarei.

Antes de uma identificação concreta de missões é preciso perceber porquê e para quê a União Europeia deve estar apta a desempenhar missões militares.

Quanto ao porquê, sem ser exaustivo poderemos identificar uma constelação de razões. Gostaria de salientar algumas:

A UE a 25 Estados membros corresponde a 450 milhões de habitantes (os EUA têm 270 milhões de habitantes) e isto define uma responsabilidade e um interesse, assim como demonstra uma possibilidade.

A UE é responsável por cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (sendo que os EUA são responsáveis por 26%) e isso também define uma responsabilidade num mundo onde há doença e fome.

A UE associa Estados que geraram o modelo civilizacional e o tipo de organização política que prevalece no Mundo e, como ex-colonizadores, vários países europeus detêm relações privilegiadas e com afinidade cultural com países de todos os outros Continentes.

A UE conduz de modo autónomo um processo de aprofundamento político que nenhum de nós sabe exactamente se vai evoluir e se sim, como e quando, mas todos sabemos que não há dimensão política sem dimensão de Segurança e Defesa, isto é, a UE enquanto tal, só será um actor político completo se tiver uma dimensão de Segurança e Defesa, sem ela será sempre um “*soft power*” ou um “poder menor”.

A UE tem objectivos a proteger e a afirmar relativamente aos cidadãos dos seus Estados-Membros; no essencial esses objectivos são Segurança e Bem-estar e um não pode ser atingido sem o outro.

A UE é o maior actor comercial do Mundo, o que significa que há interesses a proteger continuamente.

A UE é de muito longe o maior dador mundial em matéria de ajuda ao desenvolvimento – cerca de 50% (os EUA contribuem com cerca de 4%); o que também tem que ser protegido, veja-se o caso dos Balcãs (no interior do espaço europeu) e do Médio Oriente (na área limítrofe do espaço europeu), onde a voz política europeia assume menor protagonismo, mas a ajuda económico-financeira proveniente da UE é muito grande.

A UE não enfrenta ameaças directas que impliquem preocupações relevantes em matéria de defesa colectiva clássica e de dissuasão, mas enfrenta não poucas ameaças efectivas:

- Quanto às ameaças assimétricas podemos referenciar o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça (sobretudo biológicas e químicas)
- Quanto aos conflitos regionais, surgem alguns no seu solo – Balcãs – e outros na sua periferia – como o Médio Oriente, o Cáucaso e o Magreb.
- Quanto ao colapso de Estados, poderemos citar vários exemplos como o Afeganistão, que se estima ser responsável por 90% do tráfico de heroína no Mundo, ou como os Balcãs, onde várias redes de contrabando actuam em grande escala (avalia-se que um terço das mulheres envolvidas em várias formas de comércio do sexo estão nas mãos de redes balcânicas). Os proventos destas redes têm servido aliás para financiar outros tipos de crime, como seja o crime organizado, o que é outra ameaça evidente.
- Finalmente as várias combinações de todas estas ameaças, de que é expoente maior o risco de colapso de Estados associado à proliferação e ao terrorismo.

Tudo isto define uma necessidade de actuação mais à distância (a título de exemplo um alto responsável alemão afirmou há dias que a segurança da Alemanha se faz no Indukush), uma actuação preventiva e com respostas multidimensionais: políticas, diplomáticas, militares, económicas, políticas, sociais, humanitárias e outras.

Ora um ponto importante é que a UE detém essas várias dimensões, embora a militar esteja organizada de modo ainda muito limitado. Nesse sentido a UE está em posição inversa à da NATO, onde o lado forte é o militar, sendo fracos os lados político e diplomático e nulos os outros. Isto define uma possibilidade de complementaridade útil entre as duas organizações, o que deve ser compreendido no interesse de ambas e sobretudo no interesse da Paz e da estabilidade internacionais.

Mas isto leva-nos a recordar que há condições políticas gerais que a UE tem que observar, como sejam:

- Garantir a multilateralidade (relações com a ONU, sem esquecer que dois países da UE são membros permanentes do seu Conselho de Segurança), não criando “terras de ninguém” ou bloqueios políticos, como aconteceu nos casos do Kosovo e do Iraque.
- Preservar a relação transatlântica (o que aliás está ligado à garantia de multilateralidade).
- Perceber que a revisão da presença militar americana no Mundo recentemente anunciada pela Administração Bush não é conjuntural, antes reflectindo uma tendência, que não sugere isolacionismo, nem necessariamente unilateralismo, mas que evidencia que para os EUA as alianças se tornaram mais flexíveis, passando a prevalecer coligações de vontades em que a atenção dos EUA é muito mais global e muito menos EUROCENTRADA.

É com este entendimento que vale a pena recordar as missões militares que a UE neste momento aceita assumir. São as chamadas Missões de Petersberg (missões humanitárias, missões de evacuação de nacionais, missões ligadas às operações de paz e a gestão de crises).

Trata-se de uma formulação que tem mais de dez anos, emanante da Guerra-Fria, o que, à velocidade a que o mundo gira, faz dela uma relíquia histórica, que penso ser insuficiente e insatisfatória para a estruturação das capacidades militares da UE.

Esta formulação resulta designadamente da posição dos neutros (Irlanda, Áustria, Finlândia e Suécia), das visões antagónicas que à época havia designadamente entre a França e a Alemanha, além de algumas singularidades como o “opting out” da Dinamarca em matéria de Defesa.

O que é hoje ser neutro na Europa? No que à UE respeita, é legítimo insistir em supostos antagonismos franco-britânicos?

É preciso rever isto. Não é tanto incluir a defesa colectiva na lista de possíveis missões da UE, embora não veja nisso um problema, mas é certamente incluir missões como sejam:

- Capacidade para escalar (gestão de crises e imposição da Paz)
- Luta contra o Terrorismo
- Prevenção de Conflitos
- Cooperação e assistência militar
- Operações de estabilização
- “State building”
- Desarmamento

É um caminho a percorrer. Como em todas as políticas europeias não é de esperar uma enorme e muito viva espontaneidade e também não é desejável assentar o futuro em passos que

possam parecer muito ousados, mas que no essencial sejam artificiais e não definam uma política sustentável.

A singularidade e a riqueza da UE é que tem um longo caminho, próprio e original, que não é pré-definido, que agora tem que ser feito pelos 25, que não é grave que se faça devagar, mas que se deve prosseguir de um modo sólido e seguro.

Recordo que há dez anos, à época de Maastricht, a cultura de Segurança e Defesa era nula na UE. Isto dá ideia do muito caminho feito desde então.

Na construção de mais e melhores capacidades militares há pré-requisitos a que a UE tem que atender:

- Manter a intergovernamentalidade, em particular na área da Defesa (cooperações reforçadas parecem-me de admitir mas não para fins de emprego de forças, só para aspectos sectoriais ligados por exemplo ao desenvolvimento, organização e sustentação das forças).
- É necessário o apoio empenhado dos 25, mas é indispensável o apoio obrigatório do Reino Unido, da Alemanha, da França e da Itália (sem eles e sem qualquer um deles, não haverá defesa europeia), ao mesmo tempo, recusar qualquer Directório.
- Manter a ligação à NATO por três ordens de razões:
 - Preservação da relação transatlântica no melhor interesse comum e global, e reconhecendo que a suposta oposição entre europeísmo e atlantismo não tem base geopolítica, é redutora e que os “tiques” que às vezes se detectam, são só isso: “tiques” e expressões de fraqueza política e militar.
 - Poder beneficiar de meios que só a NATO (EUA) detém: capacidade de transporte estratégico, de informação estratégica, de Comando e Controlo, de ataque aéreo preciso, de apoio logístico à distância por períodos prolongados.
 - Evitar duplicações de meios.

Mas uma vez isso observado é preciso analisar os recursos.

A UE não tem manifestamente um problema de recursos humanos. Mesmo em termos de efectivos militares a UE a 25 Estados-Membros, tem 1,9 milhões de militares (bastante mais que os 1,1 milhões de militares dos EUA). A questão está em saber qual a percentagem que é projectável e que capacidades detêm.

Também não é um problema de recursos financeiros, embora haja na UE um problema de afectação de recursos à Defesa: A Europa dos 25 gasta hoje 1,9% do seu PIB em Defesa (antes do alargamento, a 15, era 1,7%), o que é muito menos do que se verifica nos EUA; só 5 países da UE têm as despesas de defesa acima dos 2%, sendo o país que mais afecta à Defesa a Grécia com 4,9% do PIB.

Mais do que gastar mais (o que é de facto necessário), a UE tem que gastar melhor, ou seja tem que aplicar melhor os recursos que atribui à sua Defesa.

É por isso que sempre achei desprovida de sentido a ideia de estabelecer “critérios de convergência” na área da Defesa, à imagem do que aconteceu com a Moeda Única, critérios que, como foi sugerido, seriam expressos em percentagem do PIB afecto à Defesa. É facto que é também preciso rever isso, o que é necessariamente variável de país para país em função da situação do seu aparelho militar e da sua riqueza. Mas achando necessário que se estabeleçam itinerários de convergência, entendo que isso se deve sobretudo traduzir por construção de capacidades militares análogas e de certificação de forças.

Parece ser esse o caminho que está a ser seguido e que em parte – e bem – decorre e aproveita uma abordagem semelhante e que está em curso na NATO:

- Em 1999 a NATO lançou com este propósito a “*Defence Capabilities Initiative*”, centrada em 58 capacidades, o que talvez reflecta algum excesso de ambição e tenha originado insuficiente coordenação e objectividade;
- Por isso em 2002, a Aliança substituiu-a pelas “*Prague Capabilities Commitments*”, com 43 capacidades, mas agrupadas de modo convergente em 4 áreas (Defesa NBQ, Superioridade da Informação, Eficiência no Combate e Projecção/Sustentação)

Nisto participam e disto directamente beneficiam os 21 países da UE que são membros da NATO. Só por esta razão, este processo é desde logo um contributo para a UE.

Todavia, e para as mesmas finalidades a UE lançou em 2001 o seu plano, o “*European Capabilities Action Plan*” (ECAP), estruturado em quinze Grupos de Trabalho constituídos em torno de cinco preocupações funcionais: Comando, Informações, Projecção, Operação e Protecção, o que corresponde ao que podíamos chamar de “Ciclo Operacional” com omissão, difícil de entender, relativamente aos aspectos de Sustentação das Forças.

O objectivo é ter melhores forças: forças mais flexíveis e móveis, de carácter expedicionário, aptas a actuar em todo o espectro de conflitos, aptas às novas ameaças, aptas para se articular com outros vectores de actuação, designadamente o vector diplomático e policial; forças sustentáveis.

Tudo isto – agora num plano mais técnico – confirma a centralidade das Forças Terrestres e da necessidade de transporte estratégico.

É com estes instrumentos e este objectivo que tem evoluído o processo indispensável e muito útil de certificação de forças.

Na NATO este processo conduziu às NATO RESPONSE FORCES (NRF), forças de elevada prontidão, bem equipadas e bem treinadas, dispendo de capacidades de projecção e de sustentação e internacionalmente certificadas. É um processo que ainda é incipiente – vamos na NRF 4 o que significa que o processo das NRF começou no início de 2003, tendo o primeiro ciclo (1º Semestre de 2003) sido puramente experimental. É um processo que tem que evoluir,

nomeadamente quanto ao objectivo de emprego, uma vez que por agora apenas visa produzir forças sem prever a sua aplicação, o que parece insuficiente numa altura em que há emprego de forças NATO, por exemplo no Kosovo e no Afeganistão. Como é bom de compreender é um processo que também nacionalmente é muito útil.

A UE está num processo análogo, embora um pouco mais atrasado. Tendo antes definido o que se chamou de *Headline Goal*, consistindo em dispor de uma força de 50.000 a 60.000 militares, pronta em 60 dias, a UE visa agora criar forças de reacção rápida.

É o Conceito dos *Battle Group* (BG), de que a UE pretende ter nove, de alta prontidão (5 a 10 dias) dispendo de transporte estratégico aéreo e marítimo e sustentáveis por 30 dias até um máximo de 120 dias em Teatros de Operações distantes de Bruxelas da ordem dos 6.000 km.

Estes BG estão concebidos para serem compostos por Batalhões das forças terrestres, organizados segundo o modelo de armas combinadas que é específico das forças do Exército, dispendo naturalmente do necessário contributo das forças navais e aéreas no plano do transporte estratégico. Cada BG deverá ter cerca de 1500 militares, integrará as várias valências necessárias à acção militar, e será também certificado. Se os BG se concretizarem, como espero, serão um passo em frente muito significativo e inteiramente conforme às características e exigências dos cenários militares que se colocam aos nossos países.

Há porém muito caminho a fazer. Desde logo porque estas várias iniciativas têm avançado cada uma de per si e é chegada a hora de as gerir em conjunto. Não só por razões de racionalidade, como também por razões de realismo.

Hoje temos a estrutura permanente da NATO, o CJTF, o DJTF, as NRF, as coligações de vontades e em breve os BG.

Ora os países e as forças são sempre os mesmos e ou há mais flexibilidade e melhores sinergias, ou cada um destes exercícios, à excepção talvez das coligações de vontades que de modo concreto vão para o terreno, arrisca-se a acabar como um perfeitíssimo exercício de papel, sem nenhuma substância efectiva.

O mesmo é verdade relativamente às várias formações europeias que surgiram no pós Guerra-Fria: EUROCORPO, Corpo de Exército Germano-holandês, EUROFOR, Divisão Multinational Centro, EUROMARFOR, etc. À época tiveram sentido político-militar. Hoje cada uma delas ainda tem utilidade militar, mas já têm reduzido sentido político e do ponto de vista militar falta-lhes uma lógica englobante que exactamente me parece estar já possibilitada pela evolução política. Mas recorro o seu emprego em operações anteriores no Afeganistão, FYROM, Bósnia-Herzegovina, no quadro da NATO e da UE, cujo exemplo são as operações ARTÉMIS, CONCÓRDIA e ALTHEA.

O caminho militar da Europa passa por isto e por outras coisas, igualmente fundamentais.

Uma delas, definidora do modelo, é o debate entre especialização e integração de forças. Alguns países, sobretudo países da Europa de Leste, muito marcados por processos historicamente recentes particularmente penosos, aceitam a especialização (isto é a repartição

das capacidades pelos países, detendo uns umas capacidades e outros, outras). Os tecnocratas aplaudem. O processo militar nunca é tecnocrata. Acho que esta via é impossível para velhos países soberanos como nós somos, ainda que felizmente estejamos juntos na UE. O que me parece mais razoável é a via de uma integração, marcada por uma forte interdependência e com alguma limitada especialização em áreas muito diferenciadas, de que são exemplo alguns níveis de UAV, de Defesa NBQ e de transporte estratégico.

Ainda no plano do modelo é preciso eliminar na Europa – o que está de facto a acontecer mas não em todo o lado – a mentalidade da Guerra-Fria, isto é a persistência de velhos paradigmas fortemente centrados na dissuasão e na defesa colectiva, conduzindo ao investimento em meios para as “guerras do passado” cuja probabilidade de efectivo emprego terá uma perspectiva muito baixa ou nula. Exercícios – sendo actividades indispensáveis – não são emprego militar efectivo e não é justificável que se façam investimentos apenas a pensar neles.

Ou de outra maneira – a UE tem que pensar na aplicabilidade estratégica, ou seja no retorno do seu investimento em Defesa e isso implica uma aplicação de recursos mais criteriosa, dando prioridade a meios efectivamente adequados às ameaças e cenários de emprego do presente e que sejam tecnologicamente mais qualificados.

Outras balizas complementares do processo europeu estão ligadas aos recursos. Como referi só o seu aumento pode corrigir o desequilíbrio entre as duas margens do Atlântico no “ratio” entre despesas com pessoal e com operação/manutenção: nos EUA 72 % é gasto em operação e manutenção, na UE é só 35 % (o Reino Unido regista o valor máximo 67%). A causa desta situação não está sobretudo numa alocação errada das prioridades mas sim na insuficiência orçamental conjugada com a incompressibilidade das despesas com o pessoal.

Outro aspecto óbvio é o da inequívoca orientação de recursos para áreas prioritárias, como são os “*gaps*” tecnológicos da UE, visando a atenuação do fosso tecnológico entre os EUA e a UE. Fosso esse que sendo técnico e militar contém um risco político de ser disruptivo da relação transatlântica (veja-se como exemplo o que se passou com as PGM pós-Kosovo).

Por outro lado é preciso engenho para encontrar soluções imaginativas. Um exemplo, é a utilização em “*pool*” da capacidade mercante excedentária na Europa, o que me parece particularmente fácil em época de morte do transporte marítimo europeu.

Outra área de esforço é a Investigação e Desenvolvimento (ID). Pela estatística a UE gasta nesta área um terço dos EUA, mas em termos mais realistas e face às políticas de subsídio que são correntes nos EUA, talvez a UE gaste em ID um sétimo a um décimo do que gastam os EUA. Obviamente isso paga-se e paga-se a prazo.

Outra necessidade é a criação efectiva de uma base industrial e tecnológica de defesa europeia e de um mercado europeu de equipamento de Defesa, partindo da noção que, também neste campo, importa preservar a harmonia transatlântica, devendo compreender-se que hoje não há uma indústria de defesa europeia, mas sim indústrias de defesa nacionais, sofrendo cada

uma delas de uma manifesta falta de escala em termos de mercado, gerando duplicações com que ninguém ganha, estimando-se em cerca de 80% as duplicações na produção de equipamentos principais.

Finalmente é um processo em que terá também que se conseguir harmonizar a lógica da concorrência com a lógica da cooperação, o que espero que não seja a quadratura do círculo, evitando-se a criação de um cisma entre países produtores e países compradores, entre HAVEs e HAVE-NOTs.

Isto e algo mais serão as preocupações da Agência Europeia de Defesa agora em processo de levantamento, cuja razão de ser é a necessidade de uma expressão europeia de defesa e que neste seminário será objecto da próxima intervenção.

Uma breve reflexão sobre a questão dos Governos e das opiniões públicas.

Só vale a pena equacionar este aspecto se não nos desligarmos do conteúdo profundo da democracia, não nos remetendo à dimensão da “democracia casca” em que o conteúdo conta pouco, escravizados à forma, ou melhor à aparência e como tal à “tirania mediática”. Nesse plano o critério é sempre demagógico, há falhas de seriedade e há subalternização do interesse colectivo.

No plano sério da democracia efectiva e do respeito pelos cidadãos e pelo objectivo político de lhes proporcionar Segurança e Bem-estar, vale a pena algum comentário.

Num tal plano pressupõe-se em primeiro lugar boa governação, no sentido político e académico do conceito; e isso pressupõe critério, escolha fundamentada de objectivos e boa e oportuna explicação pública.

A evolução da Defesa europeia depende em primeiro lugar e acima de tudo da vontade dos Governos.

Pela minha experiência e observação, necessariamente limitada, acho que é mais fácil a um Governo explicar às suas opiniões públicas gastos necessários em Defesa, ainda que representando aumento, do que o desbaratar irresponsável de fundos sempre crescentes em áreas sociais, evidentemente prioritárias, mas onde a prioridade natural, tem dispensado o rigor e conduzido a uma gestão ruínosa.

O que não pode acontecer é promover investimentos em Defesa que sejam incompreensíveis para as opiniões públicas, seja porque nunca foram explicados, seja porque são inexplicavelmente ligados a “guerras e necessidades do passado”, não tendo cenários de aplicação efectiva.

Dito isto, é evidente que se trata de algo que é difícil, havendo que recordar que na Europa Social há duas questões de grande importância a que no médio e longo prazo haverá certamente que atender: os requisitos decorrentes do crescente envelhecimento da população e os requisitos necessários a uma melhor e mais completa integração das comunidades que

emigram para os nossos países. Mas isto pediria outra conferência e certamente outro conferencista.

Em síntese o desenvolvimento de capacidades militares europeias é central ao processo de afirmação e aprofundamento da UE e à necessária preservação da relação transatlântica.

A questão das capacidades militares europeias não é técnica, mas sim política, estratégica e evidentemente também militar, tendo repercussões em ambos os lados do Atlântico. É um processo cujas principais direcções de evolução parecem estar identificadas e que deve ser vivido com segurança, ainda que isso condicione a rapidez dessa evolução. Este processo depende em primeiro lugar da vontade dos Governos, que o devem explicar de modo oportuno e fundamentado às suas opiniões públicas. É um desafio para a geração dos meus estimados ouvintes, cuja generosa atenção agradeço.

(*) ex-Director do Instituto da Defesa Nacional
ex-Representante Militar Nacional junto do SACEUR

Documento do Grupo de Trabalho “AVEIRO”

O Grupo de Trabalho AVEIRO, tal como os outros Grupos, elaborou um texto como resultado do respectivo debate e reflexão.

Este texto foi seleccionado por todos os jovens participantes como “Documento Final” do II Encontro EuroDefense de Jovens Europeus pelo que é integrado noutra espaço desta publicação (pág. 66).

O documento foi apresentado publicamente pelo participante Dr. Pedro Alves na Sessão de Encerramento do II Encontro e posteriormente enviado ao Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso e ao Alto Representante para a PESC, Javier Solana.

Bruno Baraças	(PO)
Pedro Alves	(PO)
José Braga	(PO)
Patrícia Calca	(PO)
Salomé Antunes	(PO)
Pierre A. Hennequim	(FR)
Rania Barrak	(FR)
Rafaelle Cadin	(IT)
Cristiana Carletti	(IT)
Rafael Ortega	(SP)
Katerina Dimika	(GR)

Documento do Grupo de Trabalho “BRAGA”

Nós, os jovens europeus, tomámos a liberdade de enviar esta carta à Comissão Europeia como expressão da nossa preocupação relativamente ao nosso futuro. A convite do EuroDefensePortugal, estamos reunidos aqui em Lisboa com o objectivo de partilhar as nossas ideias sobre uma das questões mais desafiantes do presente: a promoção da Segurança e Defesa Europeia. Tendo eleito a Europa como o nosso futuro, pretendemos dar uma voz comum aos valores e ideais que ela representa, nomeadamente aos de paz, segurança e justiça.

Nos últimos cinquenta anos a Europa conheceu um período de prosperidade económica e de estabilidade social, em parte graças ao apoio da relação transatlântica com os Estados Unidos. A criação e a implementação da Comunidade Europeia contribuiu igualmente de forma fundamental para o desenvolvimento económico dos países europeus, através das iniciativas do Mercado Comum, da introdução do Euro e da coordenação das políticas nacionais económicas e monetárias. O processo de alargamento e a ratificação do Tratado Constitucional da União Europeia representam dois outros passos importantes no sentido de uma real integração do continente europeu.

A União Europeia está a adquirir gradualmente mais importância no seio do sistema internacional. Está a tornar-se cada vez mais evidente que a União não pode limitar a sua acção ao domínio económico, tendo um papel importante a desempenhar noutros campos estratégicos relevantes, nomeadamente em questões de segurança.

Neste contexto devemos sublinhar a crescente instabilidade no Médio Oriente, causada pela continuação do conflito israelo-árabe e o aumento de posições islâmicas fundamentalistas no debate entre os países desta região.

Desta forma o novo milénio obrigou o mundo a fazer frente a novas ameaças contra a paz, a estabilidade política e a segurança internacional, causadas não apenas pelo terrorismo mas igualmente por outros factores.

Os factores acima citados devem, portanto, levar a uma reformulação da estratégia política da União Europeia, em particular no que diz respeito à segurança interna e à defesa externa.

Relativamente às ameaças é possível distinguir entre as que são internas e as que são externas. Entre as primeiras podemos encontrar ameaças relacionadas com a falta de recursos naturais, crime organizado, terrorismo, tecnologia e questões sociais.

No que diz respeito aos problemas sociais, a questão da demografia é especialmente complicada, tendo em conta a diminuição contínua da taxa de fertilidade na Europa. Para além disso, doenças como a Sida podem espalhar-se rapidamente e prejudicar a economia a longo termo. A imigração não controlada pode igualmente criar uma crise de identidade capaz de afectar a estabilidade social através de extremismos políticos e/ou religiosos.

Os recursos naturais precisam de ser protegidos. A deflorestação no Brasil, a diminuição gradual das reservas de petróleo no Norte de África, as crescentes tensões relativamente à água potável no Médio-Oriente, são alguns dos problemas de recursos que teremos que enfrentar nos próximos anos.

Os problemas sociais e de recursos podem criar instabilidade ao nível político e religioso. A instabilidade poderá ter expressões diversas, nomeadamente violentas, como o crime organizado e o terrorismo.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias, a informação e os produtos passaram a ser de acesso mais fácil aos criminosos. Nós não estamos preparados para esta democratização da violência, por exemplo as nossas cidades estão cheias de tanques com químicos perigosos que podem ser objecto de destruição por armas simples. A coordenação da actuação das polícias nacionais têm muitos progressos a fazer nesta área.

Para além destes problemas internos, somos igualmente ameaçados do exterior das nossas fronteiras: é o caso das ameaças económicas e geopolíticas e a adaptação às mudanças naturais do mundo.

Em termos económicos, existe uma diferença tecnológica importante relativamente aos Estados Unidos, provocada pela diferença dos investimentos na área de investigação e desenvolvimento da Defesa. No que respeita aos grandes contractos internacionais, a concorrência é muito dura com os nossos aliados americanos. Esta situação não contempla os mesmos processos de competição: a rede de satélites “Echelon” e a política de sinergia dos Estados com as empresas privadas, são dois exemplos. A diferença tecnológica pode ser igualmente interpretada como um problema, no sentido em que temos dependido da capacidade militar americana há demasiado tempo, o que gerou dificuldades de intervenção conjunta nas operações militares.

A geopolítica tornou-se progressivamente uma questão sensível. A pobreza aumenta a diferença entre o Norte e o Sul e incentiva os movimentos migratórios. A emergência de novas potências poderia desequilibrar o nosso mundo de forma incontrolável. Por outro lado, o aparecimento de Estados falhados proporciona aos terroristas a possibilidade de se esconderem e de se desenvolverem. O mundo está a tornar-se cada vez mais caótico: um pequeno evento num lado do mundo pode provocar grandes danos em qualquer lado; uma pequena infiltração terrorista na Índia pode pressionar retaliações entre poderes nucleares como a Índia, Paquistão e China.

Por fim, o mundo conheceu profundas transformações como a globalização ou a delapidação dos recursos naturais. Temos de lidar com elas antes que seja tarde demais. A Europa tem de se adaptar.

As ameaças são novas, são globais, vêm de mais longe, mas chegam muito mais depressa. Algumas estão muito perto, mesmo à nossa porta. É verdade que pela primeira vez na História

européia não há guerra nas nossas fronteiras, mas também pela primeira vez na História europeia não há fronteiras para a guerra.

Após esta breve análise das ameaças contra a sociedade europeia é possível sugerir algumas soluções. No que diz respeito à segurança interna há uma necessidade crescente de readaptar a estrutura da União Europeia e das instituições para permitir uma estratégia de segurança mais eficiente. As iniciativas que têm vindo a ser tomadas nesta área são bem-vindas, mas acreditamos que têm de ser levadas mais longe. Isto poderia ser alcançado com o reforço da cooperação já existente entre as forças policiais e agências de informação dos diferentes países, bem como com o aprofundamento da cooperação entre as instituições de segurança nacionais. Esta estratégia seria particularmente útil, a vários níveis, no combate ao terrorismo e ao crime organizado.

Relativamente à segurança externa, a criação de um mercado comum de defesa, com base na cooperação em armamento, reduziria o fosso da capacidade militar europeia. Aumentar o nível de investimento em indústrias de ponta, como a Organização para Cooperação Conjunta em Armamento (OCCAR), permitirá à UE agir autonomamente em termos militares em regiões onde tenha interesses e reduzir o fosso tecnológico em relação à indústria de armamento norte-americana.

Ao mesmo tempo é necessário implementar um quadro legal que permita aos Estados membros atingir um nível comum de conhecimentos e capacidade militar. É por isso de saudar a criação da Agência Europeia de Defesa, que tem por objectivo integrar e reforçar o mercado de armamento para permitir uma distribuição equitativa de benefícios de defesa. Para além disso a partilha de custos entre os Estados permitirá gerir melhor a tecnologia de defesa, promover capacidades e sustentação militares mais autónomas e harmonizar os recursos militares nacionais.

Para além disso, seria importante implementar uma distribuição mais democrática da tecnologia de armamento transferindo-a para Estados-Membros que estejam menos desenvolvidos neste campo.

Para uma abordagem estratégica multilateral será necessário reforçar a cooperação entre a UE e a NATO através de encontros regulares e negociações entre o Secretário-Geral da Aliança e o novo Ministro Europeu dos Negócios Estrangeiros.

A União Europeia deve redefinir a sua acção estratégica de modo a afirmar a sua posição de relevo no cenário internacional, tornando-se um membro permanente de um Conselho de Segurança da ONU reformado e readaptando a suas parcerias externas com diferentes regiões.

Relativamente aos problemas sociais e, em particular, à questão demográfica, a União Europeia deverá melhorar a política comum de imigração e criar uma rede de educação multicultural para implementar a solidariedade e a coesão social, como uma das maneiras mais eficazes de combater o terrorismo. Por outro lado, a Europa deverá encorajar a utilização de energias alternativas e renováveis para atingir um nível elevado de protecção ambiental.

Finalmente, nós, como Jovens Europeus participantes, reafirmamos o nosso empenho em apoiar os valores fundamentais da Política de Defesa Europeia, necessária para estabelecer a paz, a segurança e a liberdade.

Helena Carrapiço	(PO)
Laeticia Astruc	(FR)
Margarida Barros	(PO)
Sílvio Fernandes	(PO)
Nicola Colacino	(IT)
Laura Ferola	(IT)
Bruno Martins	(PO)
Jacques Lefort	(FR)
Victor Pampliega	(SP)
Martin Sattler	(AU)

Documento do Grupo de Trabalho “COIMBRA”

O EuroDefense Portugal, país anfitrião do II Encontro EuroDefense de Jovens Europeus, centrou o nosso debate em torno do desafio de uma política de segurança e defesa europeia.

Durante mais de cinquenta anos, os países Europeus conseguiram criar um continente próspero e pacífico onde a democracia, a estabilidade e o desenvolvimento económico-social se tornaram palavra de ordem. A actual situação geopolítica e geoestratégica exige novas e imaginativas soluções e os países europeus podem e devem contribuir decisivamente para este novo desafio. A história da Europa e a sua tradição multiculturalista, a defesa colectiva e o multilateralismo são importantes contributos que podem ajudar a dar forma a uma nova ordem internacional baseada na solidariedade e confiança. Novas ameaças, como o terrorismo, podem, contudo, debilitar os esforços feitos pelos países europeus. É por isso essencial contar com os nossos aliados, nomeadamente os Estados Unidos da América, a fim de vencer esta batalha de uma forma coerente e coordenada.

Os problemas internos da Europa, nomeadamente a questão demográfica, são também elementos altamente importantes e a ter em conta nestes novos desafios. É essencial para a Europa continuar o seu caminho como um bloco unido, lutando contra a exclusão social, a pobreza e o subdesenvolvimento.

Esta carta procura promover o debate em torno de três grandes tópicos, essenciais para entender o processo de construção europeia no que diz respeito à segurança e defesa: o terrorismo, as relações transatlânticas e a indústria de armamento.

A luta contra o terrorismo, assente na protecção dos nossos valores comuns, especialmente os direitos fundamentais do homem, implica o desenvolvimento das políticas de defesa e segurança do nosso território. A OTAN define terrorismo como «um uso ilícito da ameaça do uso força ou violência contra indivíduos ou bens, em ordem a coagir ou intimidar governos ou sociedades, a fim de se alcançarem objectivos políticos, religiosos ou ideológicos». Portanto, o terrorismo é essencialmente um ataque às sociedades livres. Por isso, as nossas estratégias de segurança e defesa deverão basear-se em cinco frentes: diplomacia, força militar, economia, “informações” e cumprimento da lei.

As estruturas existentes, tais como a Europol, o Eurojust e o GAFI, ainda em processo de desenvolvimento, estão a especializar-se em torno da área do terrorismo. Mas estas estruturas serão ineficientes senão houver uma verdadeira cooperação entre os Estados membros.

É claro que nós temos que aprofundar e desenvolver as nossas relações transatlânticas com os Estados Unidos da América. Mas agora, mais do que nunca, devemos incrementar também as nossas relações com o mundo muçulmano. E porque não criar uma espécie de Conselho Europeu para as questões do islamismo? A nível nacional já foram criadas estruturas nacionais na França e no Reino Unido que provaram a sua capacidade facilitando o diálogo entre as comunidades, baseando-se na compreensão mútua.

O estabelecimento de diálogo com os países afectados pelo terrorismo, está directamente ligado a um novo conceito de “*Soft Power*”. A erradicação do terrorismo não passa apenas por uma questão militar. Terá que ser completada com acções que atenuem a pobreza endémica, a iliteracia, o desemprego..., tudo aquilo que favoreça o ressentimento, no qual o terrorismo se apoia para crescer.

As relações transatlânticas são da maior importância para a preservação e progresso dos valores fundamentais, tais como a liberdade, a democracia e os direitos humanos. Os laços especiais que ligam a Europa e os Estados Unidos deveriam portanto, facilitar o trabalho conjunto, bem como uma melhor cooperação afim de tornar a paz internacional e a prosperidade uma realidade em todo o mundo.

Nos últimos cinquenta anos a Europa e os Estados Unidos conseguiram construir pontes, conduzindo a um desenvolvimento económico, social e político. Ainda mesmo que os desafios estratégicos sejam agora diferentes, esta relação, especialmente através da OTAN, mantém-se como uma tarefa essencial para todos nós. A União Europeia, disposta a desempenhar um crescente papel na estabilidade e na paz internacional, é também um elemento vital para o aprofundar desta relação. Todos os países comprometidos nesta relação devem agora evitar divergências ainda mesmo que pareçam normais, pois poderão enfraquecer este contínuo e fecundo esforço.

A OTAN desempenha um papel essencial na segurança europeia, uma vez que a maior parte dos seus Estados membros são membros da União Europeia. Uma aproximação proactiva a esta realidade, incrementando as capacidades da OTAN, só tornará a Europa mais forte e mais segura. Por conseguinte, o desafio consiste agora em descobrir novas formas de cooperação em termos práticos. Treino militar, partilha de “informações” e meios de acção comuns permitirão à União Europeia agir mesmo quando a OTAN estiver relutante em o fazer. O recentemente aprovado Tratado Constitucional possibilita uma maior flexibilidade estrutural de acção, proporcionando à União Europeia uma Política Externa e de Segurança Comum forte e verdadeira.

Directamente ligado à segurança e defesa na Europa está a Indústria de Armamento, recentemente baseada na Agência de Defesa Europeia. Promovendo esta iniciativa, chefes de Estado e de Governo apontam para o desenvolvimento das capacidades da União Europeia nesta área, sem contudo pôr em risco a cooperação europeia e o carácter intergovernamental. A Política Europeia de Segurança e Defesa, claramente obterá grandes benefícios da Agência. Os países europeus poderão agora trabalhar em conjunto, evitando uma duplicação inútil de esforços e promovendo relações militares próximas e úteis, o que será essencial para a afirmação do papel da União Europeia na política mundial.

A Agência Europeia de Defesa é uma agência criada para liderar, coordenar e assegurar a concretização dos projectos de armamento e indústria de defesa na Europa.

Esta visão não é possível sem um acordo entre os Estados europeus no que diz respeito à política sobre estes assuntos pondo, em comum os seus respectivos conhecimentos.

Assim, a Agência assentará nos seguintes objectivos:

- Desenvolver as capacidades de defesa na área de gestão de crises;
- Promover e incrementar uma cooperação europeia no que diz respeito ao armamento;
- Contribuir para identificar e, se necessário, implementar políticas e medidas que visem a consolidação de uma Base Industrial de Defesa Europeia;
- Promover, juntamente com a Comissão Europeia, quando apropriado, a pesquisa no sentido de assegurar no futuro as capacidades de defesa e segurança.

Cada projecto pode envolver todos os países ou apenas alguns deles. Mas é importante ter em consideração que os países produtores não poderão esquecer os outros. O orçamento da Agência de Defesa Europeia, por exemplo, vai aumentar significativamente entre 2004 e 2005.

Por exemplo, a Agência, desenvolveu um transporte aéreo multifuncional (A400M), a versão europeia do GPS (Galileo)... A Agência começará com 80 pessoas e usará a estrutura OCCAR. Depois, o objectivo será absorver o departamento de investigação da OAEO, tal como ele existe. Todas as actividades do GAEO e OAEO serão absorvidas pela Agência. Portanto a Agência usará uma geometria variável para a condução dos projectos.

Felipe Pathé Duarte	(PO)
Philippe Dias	(PO)
Hélder Joana	(PO)
Carla Beselga	(PO)
Sónia Cunha	(PO)
Emmanuel Manciet	(FR)
Pamela Messi	(FR)
Francesco de Santis	(IT)
Valeria Silvestri	(IT)
Fernando de la Hera	(SP)
Gunther Neuschwandtmer	(AU)
George Liaki	(GR)

Documento do Grupo de Trabalho “FUNCHAL”

Depois da Guerra Fria o ambiente de segurança tornou-se menos previsível. As ameaças são assimétricas, pelo que agora a União Europeia se confronta com novos desafios, em especial os que respeitam à imigração, direitos humanos, segurança interna, conflitos regionais e degradação do ambiente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

No âmbito da Carta da Organização das Nações Unidas a UE e a NATO devem cooperar, não apenas em assuntos militares, mas também em termos de segurança e diplomacia. Como também é importante uma judiciosa utilização comum dos recursos, bem assim como evitar as duplicações.

Mesmo se quisermos transformar a UE num actor global autónomo, todos os Estados membros devem ser capazes de tomar uma posição comum, no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), num curto prazo de tempo.

Presentemente o terrorismo é uma das maiores ameaças para a Europa, pelo que a UE deve ser um actor activo no seu combate. Como fenómeno imprevisível e nova forma de guerra, o terrorismo é o discurso dos surdos. Actuando por acções muito rápidas, as quais provocam significativos danos colaterais, torna muito difícil a sua previsão.

Para além disso o objectivo dos terroristas é causar o maior impacto possível nas sociedades desenvolvidas. Aqui, a UE tem um papel fundamental a desenvolver, tendo em vista promover a estabilidade e a paz. A UE deve utilizar a cooperação, por exemplo criando um grupo de trabalho entre todos os Estados membros para facilitar o acesso à informação. Se quisermos parar a acção terrorista devemos trabalhar desde agora na sua prevenção.

A integração na esfera da segurança e defesa da Europa está a criar um novo actor. A NATO, liderada pelos Estados Unidos da América, pressente que a sua influência na defesa europeia pode diminuir. Para não perder a sua credibilidade a NATO tem de criar uma relação equilibrada com a UE.

A integração económica e política dentro da UE estende-se, naturalmente, à área da segurança e defesa. Se a UE quer ser um actor na cena internacional tem de dispor de capacidades operacionais militares credíveis para apoiar as suas políticas.

Como evidência da parceria estratégica com a NATO ambas as organizações acordaram no acesso automático da UE a capacidades específicas para a condução de operações de gestão de crises quando a NATO como organização não estiver empenhada, no contexto do acordo chamado Berlim-Plus.

Correntemente tem vindo a ser provado pelos factos que os Estados europeus apoiam mais a NRF do que os EUA. A criação de células de ligação no EUMS e no SHAPE/ACE é outra evidência de que a Europa quer aumentar no futuro esta linha de parceria. A cooperação entre a NATO e a UE disponibiliza, em conjunto, todo o espectro de instrumentos necessários para uma efectiva gestão de crises, desde a prevenção de conflitos, construção da paz, manutenção da paz à reabilitação pós-conflito.

Para isso, a UE tem de redesenhar as suas forças armadas com vista a uma resposta definitiva às novas ameaças, como também a afirmar-se como um parceiro credível da NATO. Assim, a Europa tem de escolher entre despende mais dinheiro para se tornar um actor credível em todos os sectores, incluindo a política de segurança, ou perder credibilidade, não atingindo os objectivos definidos.

A agenda de armamentos tem estado ausente desde há muito do processo de integração europeia. Mas a situação mudou recentemente. A Agência Europeia de Defesa (AED) está agora em organização com a oportunidade de se constituir uma real diferença em todas as suas áreas de responsabilidade. A primeira reunião da nova direcção da AED teve lugar em 17 de Setembro. Esta reunião, confirmando a criação da AED e a preparação do seu futuro, será um marco significativo no desenvolvimento da PESD para todos os Estados membros da UE.

A AED confronta-se com importantes desafios:

- Dependência dos Estados-Membros: a AED será completamente dependente dos Estados membros para obter os recursos e o apoio em termos de pessoal e orçamento. Os Estados membros têm agora de elaborar e aprovar um futuro e ambicioso orçamento ligado a programas concretos.
- Agenda estratégica e programas concretos: Para a AED ser eficiente torna-se necessário elaborar a sua agenda estratégica em consonância com o seu enquadramento orçamental (2006-2008) e uma adequada distribuição dos recursos. Isto deve incluir estudos e programas (incluindo demonstrações tecnológicas) tendo em vista objectivos de curto, médio e longo prazo.
- Caminho de flexibilidade e inclusão: A AED consiste em todos os Estadosmembros, o que é também manifesto na composição da sua direcção. Nesta linha de necessidade de flexibilidade e eficiência, é possível formar coligações de vontade para projectos específicos. De qualquer forma o fluxo de informação deve ser assegurado e os pequenos países devem ter a possibilidade de tomar parte e contribuir para os objectivos como para os programas concretos.
- Parceria e interacção: A AED deve actuar como um agente catalisador para toda a cooperação europeia de armamentos e estabelecer parcerias com a Comissão Europeia, OCCAR, Lol, WEAO, células de investigação, indústrias, universidades e outras entidades.

- O futuro: A AED deve ter uma perspectiva coerente de longo prazo, ter em atenção as novas ameaças, os futuros requisitos militares, o desenvolvimento institucional, o Tratado Constitucional e outras possíveis mudanças no ambiente político.

Sérgio Gomes	(PO)
Elói Lopes	(PO)
Maria João Martins	(PO)
Maria R. Oliveira	(PO)
Gordon Sarlet	(FR)
Juliette Rouilloux	(FR)
Luigino Manca	(IT)
Cristina Moreno	(SP)
Jan Philip Roth	(GE)
Gilles Bley	(LU)
Rasmus Hindren	(FI)
Sklenar Martin	(SK)

Documento do Grupo de Trabalho “HORTA”

Os eventos do 11 de Setembro levaram a uma alteração radical da conjuntura geopolítica internacional, já que a violência terrorista causou distúrbios no desenvolvimento da colaboração iniciada após a queda do Muro de Berlim. Assim, a União Europeia deverá, através das suas instituições e estrutura jurídica, desempenhar um novo papel, tendo em consideração que a sua localização geográfica lhe permite funcionar como elo de ligação entre o mundo transatlântico – Estados Unidos da América e América Latina – e a Ásia. Também a integração europeia dos países do antigo bloco soviético coloca um problema à segurança das fronteiras de Leste, de maneira que apenas uma colaboração efectiva com tais nações, nascidas das ruínas do comunismo, poderá levar à serenidade dos povos europeus e a uma maior defesa militar. Por outro lado, a cooperação com os povos mediterrânicos, particularmente com os do Norte de África, é igualmente garantia de paz e segurança. Por fim, é indispensável enfrentar as graves problemáticas do Médio Oriente.

A Europa necessita de se fortalecer. O antagonismo habitual de grandeza económica mas pequenez política deverá ser ultrapassado, e para tal o continente terá de manter laços estreitos com países estrategicamente posicionados. Apesar da percepção da inevitabilidade de uma união política entre as nações europeias e da possibilidade da criação dos Estados Unidos da Europa, o caminho para tal é ainda longo. Mas não nos podemos esquecer que algumas questões necessitam de respostas prontas. O nosso continente enfrenta inúmeras ameaças, algumas tão perigosas quanto imprevisíveis. Os movimentos migratórios têm extremo impacto na Europa, sendo actualmente um dos maiores problemas no território europeu.

Adicionalmente, a degradação do ambiente, a proliferação de armas nucleares e de destruição maciça, o tráfico humano e o de drogas, o crime organizado e a pobreza são as outras grandes ameaças com que nos deparamos. A instabilidade de zonas como os Balcãs e o Golfo é, também, crítica. E não nos esqueçamos do terrorismo, a mais séria e imprevisível ameaça do presente. Vivemos na era do terrorismo...

A Europa alcançou o maior nível de desenvolvimento e bem-estar de todos os tempos. Contudo, o terrorismo não é uma arma recente. Nos Jogos Olímpicos de Munique e Lockerby ocorreram ataques terroristas que pareceram deslocados no tempo e espaço. Desde 11 de Setembro de 2001 tudo mudou. O terrorismo tornou-se um tópico diário das nossas notícias.

A ameaça parece constante e ninguém – nem mesmo crianças – está a salvo. Somos confrontados quase diariamente, através dos media, com novos ataques terroristas. O terrorismo é de difícil detecção. Os diferentes governos europeus anunciam, quase diariamente, novos ataques. O grau de seriedade de tais ataques ou as medidas tomadas são dúvidas para as quais a população não tem qualquer resposta. O terrorismo é uma arma radical usada por grupos extremistas.

Os serviços de informação podem tentar infiltrar-se, intervir, eliminar campos de treino, ou manter a ameaça num nível reduzido, mas tais acções não são uma solução efectiva para o problema. Além disso, o terrorismo está actualmente relacionado com a Al Qaeda e o mundo muçulmano. O número de árabes disposto a morrer pela sua fé parece infindo e a rede de células adormecidas que lhe serve de base está muito bem organizada. O terrorismo parece ser uma guerra civil muçulmana que não pode ser vencida pelos países europeus, mas a Europa terá de suportar os grupos árabes moderados de modo a actuar contra tais métodos terroristas. A própria comunidade muçulmana parece ser a chave para a ameaça terrorista do momento. Antes de mais é necessário não só lutar contra os sintomas do terrorismo mas também eliminar as suas causas. Além disso, como podemos prevenir o terrorismo? Certamente as forças militares terão de ter meios de combate efectivo, seja de prevenção seja de reacção, assim como de cooperação militar. A NATO, a União Europeia e as Nações Unidas deverão manter laços estreitos de cooperação e cada uma delas assumir um papel de liderança. No entanto é importante que cada um de nós, Europeus, não geremos uma reacção xenófoba e de medo a todo e a qualquer árabe, já que isso iria certamente contra o objectivo proposto – a paz.

Apesar da necessidade de manutenção, no futuro, quer da NATO quer da cooperação na segurança pela União Europeia, a natureza destas instituições terá de acompanhar os tempos. Diversas opções estão disponíveis: a realidade actual consiste na bi-lateralização das relações transatlânticas internas da NATO, ao mesmo tempo que os Estados Unidos mantêm coligações por interesse próprio. Uma segunda possibilidade poderá passar por uma relação baseada numa maior autonomia da componente europeia como actor individual, ou até com uma variante de concorrência entre os organismos. A versão mais realista e ambicionada baseia-se numa complementaridade e parceria igualitária entre a UE e a NATO, tornando-se a primeira pilar da segunda.

A NATO manter-se-ia como organização de defesa, assegurando os interesses da civilização ocidental, enquanto a União Europeia poderia receber mandatos nas dimensões civil, humanitária e de manutenção de paz. A coexistência da Política Europeia de Segurança e Defesa e da NATO poderia levar à intervenção da UE em circunstâncias em que a NATO preferisse não actuar, especialmente na vizinhança do espaço europeu. De qualquer forma, a NATO manter-se-ia como instrumento primário para intervenção militar enquanto a UE, num segundo plano, poderia proceder a tarefas de longo-prazo e a nível mais alargado, incluindo missões civis. A nossa sugestão passa, assim, por uma conciliação entre divisão regional e funcional de responsabilidades.

Para esse objectivo, a Europa deverá investir em forças modernizadas, flexíveis e especializadas, que possam ser utilizadas num curto espaço de tempo e sejam substituto dos exércitos convencionais. Isto iria também gerar uma gestão mais eficaz dos escassos recursos financeiros, gastando “não mais, mas melhor”. De qualquer forma é inevitável o aumento da despesa militar, realidade que implicará, necessariamente, a coesão da UE. As diversas ameaças do presente deverão solucionar-se através de uma cooperação militar efectiva, especialmente no campo da indústria de armamento. A cooperação limitada ao nível do armamento, as dificuldades de acordos industriais e institucionais e a fragmentação do mercado constituem obstáculos a tal relação. O custo de desenvolvimento de equipamentos de ponta aumentou

drasticamente ao longo da década de 90, excedendo até o financiamento das nações europeias mais poderosas. Além disso, o investimento nacional individual tornou-se uma solução incomportável. Consequentemente, uma acção militar integrada terá resultar de uma realidade multinacional, considerando as perspectivas económica, social e política. Dever-se-ia tirar proveito de um processo sinérgico, incluindo, por exemplo, o uso partilhado de meios assim como uma melhor gestão de recursos de informação. Em consequência, podemos afirmar que a génese da Agência Europeia de Defesa é um enorme desafio no futuro próximo.

Na verdade, o estabelecimento da AED pela Acção Conjunta do Conselho Europeu 2004/551/CFSP de 12 de Julho de 2004 poderá ser, como Burkard Schmitt afirma, um grande passo na acção militar multinacional da União Europeia. Especialmente motivada por acontecimentos como o 11 de Março, em Madrid, a Agência de Defesa Europeia é uma entidade integrada cujas principais áreas de acção são o desenvolvimento de capacidades de defesa, a investigação e a aquisição de armamento. A Agência irá tentar solucionar os problemas e obstáculos acima referidos. Na prática, o organismo actuará como coordenador das políticas nacionais, passando os seus objectivos não só pela harmonização de armamento e promoção de investigação tecnológica como também pelo desenvolvimento de capacidades de gestão de crises. Assim, espera-se que o trabalho desta instituição crie uma rede de programas militares mais capaz. Adicionalmente, irá reduzir a necessidade de elevados investimentos nacionais a nível de investigação. Em conclusão, a cooperação irá transformar a acção militar europeia numa realidade mais integrada e dinâmica.

Contudo, estamos ainda no início deste processo, que afecta os interesses comuns dos países que integram a União Europeia. Em primeiro lugar, sendo uma instituição europeia, a Agência deverá ser um fórum das vinte e cinco vozes nacionais. O esforço de desenvolvimento tecnológico deverá ser incrementado e o compromisso alcançado através da vontade política. Deste modo, a Agência de Defesa Europeia terá de ser uma resposta credível e bem sucedida ao terrorismo, com especial atenção à Aliança do Atlântico Norte.

Cabe-nos, a nós, jovens europeus, tomar nas mãos tais desafios e transformá-los em oportunidades para o desenvolvimento de uma identidade europeia de segurança.

Luís Sancho	(PO)
Henrique Figueiredo	(PO)
Raquel Paula	(PO)
Vanda Pereira	(PO)
Hélène Trachez	(FR)
Ilja Pavome	(IT)
Kalliroi Mavrantoni	(GR)
Katerina Loutzakis	(GR)
Jana Windwehr	(GE)
Raul Radoi	(RU)

Documento Final

O presente documento traduz o resultado de uma discussão e reflexão comuns entre os participantes no II Encontro EuroDefense de Jovens Europeus. A existência de divergências menores não impediu, contudo, que se alcançasse um consenso alargado.

É cada vez mais evidente que o terrorismo tem vindo a ser instrumentalizado por diversos grupos militantes radicais como forma de ultrapassar a superioridade convencional dos seus opositores, equilibrando, em seu favor, as linhas do conflito. Entre os elementos que contribuem para o aparecimento de uma nova forma de terrorismo catastrófico, com consequências horrendas para a Humanidade, podemos destacar a radicalização do terrorismo internacional, a sua ramificação em células à escala global, a sua crescente base pseudo-religiosa e, particularmente, o perigo real de que Estados despóticos lhe forneçam Armas de Destruição Maciça.

Nesta era de terrorismo catastrófico as questões de segurança no quadro das relações internacionais transcendem as meras soluções ao nível dos aparelhos governamental, militar ou policial, representando também um interesse vital da sociedade civil. Trata-se de um problema que respeita a todos os indivíduos e que se alastra a toda a comunidade.

Perante este novo cenário a União Europeia assume uma responsabilidade global que não pode limitar-se a uma resposta militar para o problema ou a mecanismos de cooperação judicial e policial.

A resposta da União Europeia ao seu papel global tem, pois, de basear-se num quadro de ideias e princípios claros: solidariedade entre os membros da União, necessidade de diálogo aberto e substancial com os representantes do Islão moderado, combate às causas políticas, sociais e económicas do terrorismo e reconhecimento do papel primordial da Organização das Nações Unidas.

Para além disso, cumpre ainda realçar que a única forma de garantir a segurança à escala global passa pela cooperação entre a Europa e a América do Norte. É imperativo, portanto, reforçar a colaboração entre a União Europeia e a NATO. O novo Tratado Constitucional aponta já neste sentido, ao sublinhar a necessidade de actuar nos quadros da Carta das Nações Unidas e em articulação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte. A União Europeia tem de preservar a sua relevância na parceria transatlântica respondendo directamente às principais preocupações de segurança que se coloquem nas suas áreas de interesse, através de um modelo próprio de actuação.

O modelo da UE deve passar por uma abordagem diplomática preventiva em locais de conflito actual ou emergente, acompanhada de uma ameaça credível de uso de força, a ser exercida nos quadros da Carta das Nações Unidas e devidamente mandatada pelo Conselho de

Segurança. Tendo ainda presente que a construção de estabilidade e segurança é uma tarefa árdua, na qual os resultados se devem esperar apenas a longo prazo, a União Europeia deve estar preparada para fazer uso da sua singular articulação de meios civis e militares, para garantir o aparecimento e desenvolvimento de Estados pacíficos e democráticos no rescaldo dos conflitos.

Partindo dos Acordos Berlin-plus e procurando evitar a duplicação de iniciativas da NATO, entendemos que o modelo economicamente mais eficiente para os Estados europeus passa pelo conceito de equipas. Os maiores Estados da União dispõem de uma capacidade financeira superior, o que lhes permite custear todo o espectro das capacidades e investir nos meios de transporte aéreo e marítimo estratégicos em falta. Entendemos, pois, que devem assumir um papel de liderança no seio das equipas. Aos Estados-Membros de menor dimensão cumpre desempenhar um papel igualmente relevante, providenciando elementos complementares, como infantaria adicional ou nichos de capacidades.

As operações devem ser sustentadas financeiramente a partir de um orçamento operacional europeu comum, gerido pelos Ministros da Defesa e submetido a mecanismos de escrutínio parlamentar. Contudo, estas recomendações apenas podem ser implementadas cabalmente se forem acompanhadas de um aumento de financiamento. Assim sendo, os Estados europeus devem rapidamente chegar a acordo quanto a uma percentagem mínima do PIB a ser consignada para a defesa – a nossa sugestão aponta para 2%.

Os orçamentos europeus de defesa, particularmente os orçamentos para investigação, encontram-se de momento sob grande pressão. Os fundos disponíveis são limitados e têm de ser geridos com maior eficiência caso a Europa pretenda assegurar uma base industrial de defesa. Assim sendo, propomos a criação de uma Agência Europeia de projectos avançados de defesa, modelada na DARPA norte-americana, e financiada em conjunto pela UE e pelos Estados-Membros. A Agência seria responsável pela identificação e aquisição de tecnologias de defesa de ponta, em benefício de todos os Estados participantes, e pela coordenação das prioridades de investigação europeia em matéria de defesa, tendo sempre em atenção as relações bilaterais existentes.

Os contratos de investigação para cada projecto seriam sujeitos a procedimentos concursais e assentariam em consórcios entre os meios industrial e universitário, capazes de garantir em uma abordagem comercial a todo o processo de aquisição, desde a concepção inicial até ao requisitos final. A Agência seria ainda responsável pela concessão dos resultados das suas pesquisas a empresas civis, bem como pela identificação de tecnologia civil com potencial para aplicação militar. Finalmente, caber-lhe-ia identificar os requisitos comuns para as novas gerações de equipamentos e acordar padrões uniformes com a NATO.

Uma vez identificadas as tecnologias essenciais e acordados e financiados os requisitos comuns, torna-se necessário garantir que o programa seja gerido com coerência. Até agora o processo de aquisição de equipamentos de defesa pode genericamente caracterizar-se como sendo marcado por consideráveis atrasos e enormes derrapagens orçamentais: trata-se de uma

situação inaceitável e insustentável. Como sublinhámos anteriormente, a indústria deve estar envolvida em todas as etapas do processo de aquisição, desde a concepção inicial, passando pela vida útil dos produtos, até ao momento da sua remoção segura.

Retendo as lições das novas concepções em matéria de gestão provenientes dos Estados Unidos e do Reino Unido, a responsabilidade pela administração eficiente dos novos programas de colaboração europeus deve ser cometida a uma Agência Europeia de Defesa, que incorpore a OCCAR e a LoI. A Agência deverá colaborar com os Estados-Membros na eliminação de procedimentos de licença de exportação para componentes não-classificados e promover um sistema de licenciamento simplificado para tecnologias intra-europeias e transferência de plataformas.

A Agência deverá encorajar o *outsourcing* de manutenção de terceiro e quarto escalão, dando à indústria de defesa europeia a massa crítica de que necessita para sobreviver. Deverá ainda encorajar a privatização das restantes indústrias detidas pelos Estados, por forma a permitir uma consolidação pan-europeia, comercialmente coerente. Os mercados de defesa europeus devem ser abertos sempre que possível, respeitando, porém, a necessidade dos governos nacionais em assegurar fontes estáveis de oferta doméstica.

Finalmente, recomendamos a criação de um Banco Europeu de investimento especializado em matérias relativas à defesa, que permita o refinanciamento eficiente das parcerias público-privadas actualmente existentes, formas de financiamento mais económicas para futuras parcerias e o uso de instrumentos financeiros inovadores para o processo de aquisição de equipamento de defesa. Os referidos gastos não devem ser considerados para efeitos dos critérios de dívida pública de Maastricht.

Em suma, o presente documento procura sublinhar que o actual problema de segurança global não pode ser combatido apenas com recurso à força, carecendo de enquadramento pelo direito internacional e por uma tradição humanitária esclarecida.

Intervenção do Secretário-Geral das Associações EuroDefense

M. Claude Dehouck

Tout d'abord, je m'associe aux propos que le Président d'EuroDefense-Portugal vient, Monsieur le Secrétaire d'Etat, de vous adresser. J'y ajoute, à l'intention d'EuroDefense-Portugal, mes remerciements d'avoir été aimablement invité, en tant que Secrétaire Général, à participer cette cérémonie de clôture de la « IIe Rencontre EURODEFENSE des Jeunes européens » et à y prendre la parole. Après avoir exprimé la profonde reconnaissance de nos associations à EuroDefense-Portugal, je souhaite consacrer ces quelques instants à souligner l'importance de cette « Rencontre » pour notre réseau qui va s'élargir. Il s'étend aujourd'hui à travers l'Europe des « Quinze » et demain à celle des « Vingt-Cinq » comme en témoigne d'ailleurs la présence à cette réunion de quelques représentants de pays entrants qu'EuroDefense-Portugal a eu l'excellente initiative d'inviter.

On ne dira jamais assez les efforts qu'une manifestation comme celle-ci requiert de la part d'une association et d'organismes bénévoles. Il faut toujours y accorder beaucoup de temps et d'énergie. Je suis donc certain d'être le fidèle interprète de toutes les associations en remerciant très vivement EuroDefense-Portugal et en félicitant chaleureusement toutes celles et tous ceux qui ont contribué, par leur dévouement, à en faire une très grande réussite.

Je dois ajouter qu'EuroDéfense-France, qui a organisé la première manifestation « Jeunes » est particulièrement satisfaite de l'heureuse décision prise par EuroDefense-Portugal qui a ainsi engagé un processus de pérennisation de cette « Rencontre ». Unanimement, les participants ont exprimé leur profonde satisfaction du travail réalisé au cours de ces journées. De ce fait, sans hésiter, je m'adresse à vous toutes et tous, pour vous demander, à votre retour, de faire savoir au Président de l'association à laquelle vous adhérez, l'intérêt de ces journées et votre souhait de poursuivre dans la voie ainsi tracée. Pour ma part, j'en rendrai compte au prochain Conseil des Présidents qui se tiendra en Autriche, au début du mois prochain et ne doute pas qu'une autre association prenne le relais.

Monsieur le Secrétaire d'Etat, je voudrais souligner l'importance de cette manifestation au sein d'EURODEFENSE. L'ensemble des associations s'est fixé pour but de promouvoir la construction de la défense européenne. Pour y parvenir, le moyen qui nous a semblé le plus pertinent est d'inciter les Européens à se réunir pour étudier ensemble tout ce qui relève de la défense et de la sécurité de l'Europe. De ce fait, nos adhérents apprennent à mieux se connaître et se comprendre. Ils se concertent et présentent des synthèses qui recueillent le consensus général. Cette compréhension réciproque est, à coup sûr, une condition sine qua non pour réussir la construction européenne. C'est dans cet esprit que sont organisées toutes nos réunions rassemblant les membres des différentes associations et tout particulièrement, aujourd'hui, les plus jeunes mais il est certain que l'auditoire ici présent confère à cette manifestation une importance particulière.

Cette réunion est importante d'abord pour les participants eux-mêmes car ils ont bien évidemment approfondi ensemble leurs connaissances des questions de défense et ont pris un peu plus conscience de leur complexité et de la nécessité des efforts à faire. La sécurité ne peut être déléguée.

Elle l'est aussi pour EURODEFENSE car les adhérents de leur tranche d'âge sont l'avenir de notre réseau auquel ils apportent le dynamisme, l'audace et l'exigence de la jeunesse. Grâce à cette réunion qu'ils ont très appréciée, je suis persuadé qu'ils seront nombreux demain à s'impliquer dans nos travaux entraînant avec eux d'autres jeunes.

Et, enfin, je me permets de dire que cette manifestation est également importante pour l'Europe. En effet, les jeunes tournés résolument vers l'avenir, sont ipso facto moins enclins à subir le poids des schémas passés et de dispositions archaïques. Ils sont en mesure de se projeter dans l'univers des cinquante prochaines années qui sera le leur et de proposer des solutions qui rassemblent sans pour autant détruire nos racines.

C'est pourquoi nous sommes très reconnaissants à EuroDefense-Portugal et à tous ceux qui ont consacré énergie et moyens à la réussite de cette manifestation. Pour n'oublier personne, je dirai que ces remerciements s'adressent au Portugal, en y associant toutefois l'Union européenne. En effet, EuroDefense-Portugal a réussi à y ouvrir ou à entrouvrir une porte ! Cela permettra peut-être à Bruxelles de mieux connaître EURODEFENSE et peut-être d'accorder son soutien puisque notre seul but est d'apporter à l'édifice notre modeste pierre pour que vive l'Europe.

Intervenção do Secretário de Estado da Defesa Nacional

Dr. José Pereira da Costa

Quero começar por agradecer o amável convite que me foi dirigido pela Direcção do EuroDefense Portugal para presidir à Sessão de Encerramento deste II Encontro EuroDefense de Jovens Europeus, bem como saudar todos os participantes nos trabalhos, designadamente os representantes dos diversos países membros da União Europeia e das associações EuroDefense aqui presentes.

É para mim motivo de particular satisfação, na primeira intervenção pública que faço desde que assumi as funções que actualmente desempenho, ter oportunidade de me dirigir a uma audiência predominantemente jovem. A participação empenhada e entusiasta dos jovens europeus no debate sobre as questões de segurança e defesa, de que este encontro é um bom exemplo, reflecte o sentido das responsabilidades que acompanha a cidadania activa.

Uma sociedade, qualquer sociedade, só se defende se as pessoas que a constituem, particularmente as mais jovens, estiverem dispostas a fazê-lo. O Governo congratula-se, por isso, com o êxito de mais esta iniciativa, que se enquadra no papel que o Centro de Estudos EuroDefense tem desempenhado na reflexão sobre estes problemas em Portugal, que justifica plenamente o patrocínio e o apoio do Ministério da Defesa Nacional.

Estou certo que a qualidade dos conferencistas e o interesse empenhado dos participantes, contribuiu para a qualidade do debate e para a riqueza das conclusões. Não pretendo pois de modo algum fazer uma dissertação que pouco acrescentaria aos temas que foram discutidos neste Encontro. Dito isto, gostaria, no entanto, de partilhar convosco algumas breves reflexões.

A segurança e a defesa europeias são um desafio do presente e do futuro. A par de certas ameaças e riscos clássicos, é inegável que a agenda da segurança mundial está fortemente marcada na actualidade pela ameaça terrorista, como dolorosamente nos recorda a passagem amanhã de mais um ano sobre os atentados em Nova Iorque e Washington de 11 de Setembro de 2001.

Esta ameaça combina-se, perigosa e preocupantemente, com a existência de estados “destrutturados” e com a proliferação das armas de destruição maciça. Mesmo a opinião pública de espaços normalmente tranquilos, como é felizmente o caso de Portugal, tem a noção de que nenhum país se pode considerar completamente a salvo destas ameaças. A todos preocupa, portanto, a existência de um sistema eficaz de segurança e defesa.

Como tem sido reiteradamente afirmado pelo Senhor Ministro da Defesa, Portugal, pela sua geografia, pela sua história e pela sua cultura universalista, deve contribuir de forma empenhada, responsável e à medida das suas possibilidades, para um sistema de segurança que tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica, da qual é membro fundador, e a Política Europeia Comum de Segurança e Defesa como vector relevante.

Para além do manifesto interesse português na compatibilização e complementaridade dos pilares europeu e americano da Aliança Atlântica, a verdade é que, mesmo para a segurança europeia e mundial, não se vislumbra qualquer vantagem na materialização de visões isolacionistas que possam existir em qualquer das margens do Atlântico.

Relativamente às questões mais actuais que atravessam a agenda da segurança e defesa euro-atlântica, Portugal vai ter uma presença relevante e proporcionada na operação Althea, através da qual, respaldada nos acordos Berlim plus que firmou com a NATO, a União Europeia irá assumir a liderança das responsabilidades de manutenção da paz nos Balcãs, já no final deste ano.

Portugal está igualmente empenhado nos objectivos estabelecidos no Conselho Europeu de Helsínquia para a Força de Reacção Rápida Europeia e acompanha as discussões em torno do conceito europeu de *Battle Group*. Ao mesmo tempo, Portugal participa com forças, neste momento, na NATO Response Force, uma participação que deverá ser alargada nas rotações futuras desta força de resposta.

Portugal está também interessado em participar no aprofundamento da base tecnológica e industrial da defesa europeia e está presente, desde o início, na Agência de Defesa Europeia. Este Governo orgulha-se justificadamente do trabalho que foi feito nos últimos dois anos para viabilizar as indústrias portuguesas de defesa. A indústria de defesa europeia tem de ser competitiva e, sendo certo que a Defesa de Portugal não é privatizável, como tem referido inúmeras vezes o Ministro da Defesa, há muitos aspectos onde é possível desenvolver parcerias financeiras, industriais e económicas, entre o sector público e o sector privado. Só com uma indústria de defesa saudável Portugal estará apto a ser parte activa na base tecnológica e industrial da defesa europeia e a colher todos os seus benefícios.

Portugal é membro fundador da Aliança Atlântica e membro activo da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa. Temos respondido lealmente sempre e na medida das nossas capacidades aos apelos que nos são endereçados para contribuir para a segurança regional e internacional. Certamente que a visibilidade de um país nas organizações internacionais contribui para o seu prestígio e é um instrumento essencial para a defesa dos seus interesses.

Mas não se trata de projectar forças nacionais apenas para lhes dar visibilidade e, com isso, prestígio ao País. Trata-se de assumir as responsabilidades que nos cabem na gestão colectiva do nosso destino comum, da paz em que vivemos e queremos continuar a viver e dos valores em que se fundam as nossas sociedades livres.

A segurança e a defesa desses interesses e desses valores são objectivos que nos tocam a todos e que só por cegueira ou capitulação podemos ignorar.

Feita esta reflexão, quero sublinhar o papel que o Grupo EuroDefense, em Portugal e noutros países da União Europeia, tem desempenhado na discussão destes problemas e reiterar o empenho do Governo e do Ministério da Defesa Nacional em apoiar este fórum. O Instituto de Defesa Nacional e a Associação Industrial Portuguesa estão de parabéns por mais esta

organização, para a qual conseguiram mobilizar o patrocínio e o apoio de importantes representantes da nossa sociedade civil.

Todos somos precisos para garantir a qualidade das políticas públicas de segurança e defesa que se praticam em Portugal e na União Europeia.

Colecção “Cadernos EuroDefense-Portugal”



EuroDefense-Portugal

Praça das Indústrias
Apartado 3200 – EC Junqueira
1301-965 Lisboa
Tel: (351) 21 360 11 15
Fax: (351) 21 363 56 08
E-mail: eurodef@aip.pt
Site: eurodefense.aip.pt